

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS/BA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

2016

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa

DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Bela. Manuela Affonso Ferreira Maciel

COMISSÃO GESTORA DO PLS/BA

Seção de Comunicação Social – Luiz Carlos Bittencourt Goulart

Seção de Modernização Administrativa – Eduardo José Santiago da Silva

Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental - Ana Marta Abreu Meirelles

Núcleo de Tecnologia da Informação – Álvaro Antônio Brito Reis

Setor de Benefícios Sociais – Maria da Conceição Moura Oliveira Moraes

Seção de Administração de Material – Jailson Leopoldino de Castro

Seção de Administração de Patrimônio – Vinicius Curi de Souza

Seção de Serviços Gerais – Jamesson André dos Santos

Seção de Engenharia – Isabel Cristina Lemos de Souza

Seção de Compras – Talita Pereira Souza de Almeida Kuenh

SUMÁRIO –

APRESENTAÇÃO	5
AÇÕES DESENVOLVIDAS – FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016	6
MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-BAHIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016	7
O INDICADOR 1 - VARIÁVEIS GERAIS	7
TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS.....	8
INDICADOR 2 - PAPEL	8
INDICADOR 3 – COPOS DESCARTÁVEIS.....	18
INDICADOR 4 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	23
INDICADOR 5 – IMPRESSÃO.....	29
INDICADOR 6 – TELEFONIA.....	30
TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA	35
INDICADOR 7 – ENERGIA ELÉTRICA	35
TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO	48
INDICADOR 8 – ÁGUA E ESGOTO	48
TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS	58
INDICADOR 9 – GESTÃO DE RESÍDUOS	58
INDICADOR 10 – REFORMAS	59
INDICADOR 11 – LIMPEZA	60
INDICADOR 12 – VIGILÂNCIA	60
INDICADOR 13 – VEÍCULOS	61
TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	63
INDICADOR 15 – QUALIDADE DE VIDA	63
TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	67

TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS.....	68
INDICADOR 14 – COMBUSTÍVEL.....	68
TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA.....	71
INDICADOR 16 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	71
CONCLUSÃO	72

Relatório de Desempenho

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA – PLS/BA

APRESENTAÇÃO

Trata-se de cumprimento de determinação contida no artigo 23, § 1º, da Resolução CNJ 201/2015. A Resolução TRF1 Presi 4 instituiu o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região com o objetivo de estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que propiciem maior eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho. Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal foi traçado com base no novo ciclo de gestão estratégica devendo perdurar até o ano de 2020 quando deverá ser apresentado novo cronograma.

A Portaria DIREF 51 aprovou o PLS/BA em 26/02/2016. A Comissão Gestora foi instituída conforme Portaria 189/2015 de 23/11/2015, posteriormente alterada pelas Portarias 193/2015, 223/2016, 254/2016. A Portaria 286 foi emitida em 23/12/2016 para incluir os servidores das Subseções Judiciárias na Comissão e com o objetivo de promover a uniformização dos procedimentos adotados nesta Seção Judiciária.

O presente relatório tem como objetivo avaliar o desempenho do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia e apresenta o detalhamento das ações desenvolvidas, a consolidação dos resultados alcançados, utilizando como ferramenta auxiliar o Questionário do CNJ que permite monitorar os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS/PJ e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas.

O PLS/BA é formado pelo Plano de ação socioambiental, composto por práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços e ações de divulgação, sensibilização e capacitação. Está sendo tratado no processo SEI 0001447-43.2016.4.01.8004 e deverá ser revisado em 2017 e passando a ser composto também pelo referencial estratégico para a gestão socioambiental, que engloba objetivos, indicadores, metas, responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados. E ainda pelo inventário de bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade.

Não constou no PLS/BA-2016 proposição de ações sob a responsabilidade direta das Subseções Judiciárias, mas os dados inseridos no Questionário do CNJ referem-se ao consumo total da Seção Judiciária e suas Subseções.

O preenchimento do Questionário Socioambiental do CNJ passou a ser realizado por esta seccional a partir do mês de agosto de 2016 e era anteriormente responsabilidade da Seção de Gestão Ambiental do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os dados de 2015 serviram de base para análise das metas estabelecidas no PLS/BA. O Plano abordou 12 dos 16 indicadores constantes do glossário do Anexo I da Resolução 201/2015 do CNJ o PLS/BA. Não foram previstas ações para incorporar os indicadores “Água Envasada em Embalagem Plástica”, “Reformas”, “Limpeza” e “Vigilância” ao PLS/BA.

Os trabalhos da área socioambiental são conduzidos pela Seção de Modernização Administrativa - SEMAD, com apoio do Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental, este criado pela Portaria DIREF 224, em 14/09/2016, e a participação dos membros da Comissão Gestora do PLS/BA.

AÇÕES DESENVOLVIDAS – FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016

- . Criação do SELO DE UNIDADE SUSTENTÁVEL, conforme Portaria 60, em 17/03/2016, iniciativa Direção do Foro para incentivar a cultura da sustentabilidade, que consiste na premiação das unidades que se destacam na economia de insumos e materiais.
- . Palestra sobre a implantação e importância dos Exames Periódicos de Saúde – EPS, em 28/04/2016, com a palestrante Dra. Sandra Aparecida de Souza, médica do trabalho, iniciativa da DIREF e NUBES com a parceria da Asserjufe, do Sindjufe e do Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho.
- . Curso virtual Introdução à Gestão Socioambiental, elaborado pelo STJ, com o título “Introdução à Gestão Socioambiental” e carga horária de 15 horas. A 1ª Turma do curso teve início no dia 09/05/2016 e se encerrou em 27/05/2016. A 2ª Turma aconteceu no período de 13 a 30/06/2016. Inscritos 6 na 1ª turma e 2 na 2ª turma.
- . Palestra “Gestão Consciente, Administração Eficiente”, ministrada pela servidora do Superior Tribunal de Justiça Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, chefe da Assessoria de Gestão Socioambiental do STJ, em 18/05/2016, com duração aproximada de uma hora e meia, transmitida do Plenário do TRF1 para todas as Seções Judiciárias por videoconferência.
- . Criação do banner ‘Sustentabilidade’, em 21/10/2016, no site da SJ/BA, para acompanhamento dos padrões de consumo das unidades administrativas.

- . Instalação de novos *brises*, composto de painéis metálicos de alumínio, para restabelecer conforto ambiental e recompor as fachadas, além de proporcionar economia energética;
- . Curso sobre Execução de Contratos, ministrado pelo servidor Álvaro Antônio Brito Reis, transmitido por vídeo conferência para todas as Subseções Judiciárias da Bahia, com carga horária de 10 horas.
- . Doação de 4,2 toneladas de papel para reciclagem para a Cooperativa de Catadores de Papel COPERBRAVA, referentes ao descarte de 10.590 processos judiciais baixados e anteriormente submetidos à análise de temporalidade pela Comissão de Descarte desta Seccional.

MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-BAHIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

As Metas definidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária da Bahia, em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, foram traçadas para o período 2015-2020.

O Indicador 1 - Variáveis Gerais, do Glossário do Anexo I da Resolução N.201/2015, trata do quadro de pessoal do órgão e de sua área total em metros quadrados:

VARIÁVEIS GERAIS	2015	2016
Periodicidade de apuração: anual		
1.1 - total de cargos de magistrados providos	65	67
1.2 - total de pessoal do quadro efetivo	979	942
1.3 - total de cedidos/requisitados (ingressos)	58	65
1.4 - total de comissionado sem vínculo efetivo	2	2
1.5 - total de servidores	1.039	1.009
1.6 - total de terceirizados (anexo VI rel. CNJ)	402	409
1.7 - total de estagiários	490	513
1.10 - total de voluntários	22	31
1.11 - total da força de trabalho auxiliar	914	951
1.12 - força de trabalho total (magistrados, servidores e auxiliares)	2.018	2.027
1.13 - Área total em m ²	71.841,17	71.841,17

O item 1.8 refere-se a “total de juízes leigos” e o item 1.9 relativo a “total de conciliadores” não se aplicam à Justiça Federal.

Depreende-se observando a tabela acima que a variação da força de trabalho foi insignificante e não influenciou nos resultados. A Área total em m² não sofreu variação e compreende prédios próprios e locados, incluindo estacionamentos e jardins. Está em construção um novo anexo ao prédio sede desta Seção Judiciária com área de 2.699,21m².

TEMA 1 – INSUMOS E MATERIAIS

Indicador 2 - Papel

META - Reduzir o consumo de papel em 3% ao ano até 2020 – META NÃO ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Avaliação da sistemática de distribuição de papel – solicitação, aquisição e entrega nas unidades. (Prazo: julho/2016) – uma avaliação minuciosa demanda um sistema informatizado que apresente dados mais consistentes, relatórios emitidos pelo Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM apresentam dados divergentes, no entanto, verificou-se pela comparação do consumo de unidades com atribuições semelhantes que existe margem para redução do consumo de papel e para a substituição do papel branco pelo reciclado. A Comissão Gestora do PLS/BA estuda estabelecer cotas de consumo para Varas com a mesma especialidade e unidades da área administrativa com lotação semelhante baseado no levantamento dos dados de consumo de 2013 a 2016. O prazo foi prorrogado.
- b) Devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação – resmas de papel, papel timbrado e envelopes (podendo ser incluídos outros itens para devolução). (Prazo: dezembro/2016) – ainda não foi definida a melhor forma de operacionalizar o recebimento dos materiais não consumidos em razão da norma que regulamenta a incorporação de materiais (IN 14-14) e a inexistência de espaço adequado para acomodá-los. O prazo foi prorrogado.
- c) Avaliação da possibilidade de redução dos itens do acervo do almoxarifado, buscando implantar estoques mínimos – diminuição da quantidade de itens por tipo de produto mantendo-se o mínimo viável. (Prazo: julho/2016) – A SJ/BA utiliza além do papel A4 branco e papel A4 reciclado, o papel tipo Ofício 2 e o papel timbrado, este último com dois modelos diferentes e designados como papel contratado pelo CNJ. O monitoramento do consumo desses papéis demonstrou que há possibilidade da redução ou até mesmo eliminação dos itens papel Ofício 2 e papel

timbrado que representam atualmente 6,62% do consumo total de papel nesta seccional (não foi possível computar o consumo mensal das Subseções). A Seção de Administração de Material está analisando o estoque para avaliar a possibilidade de exclusão de alguns itens. O prazo foi prorrogado.

- d) Redução do fornecimento de papel às unidades – apresentar aos gestores, periodicamente, os dados de consumo, e divulgar na intranet, constantemente, o consumo do TRF1. (Prazo: julho/2016) – A Seção de Administração de Material encaminhou, em setembro/2016, para a Secretaria Administrativa planilhas relativas aos consumos de papéis e copos plásticos desta Seção Judiciária. Alertou que os dados apresentados referentes ao consumo mensal das Subseções não representam a realidade, em razão de algumas delas não registrarem os lançamentos de entrada e saída de material no Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM, sistema este que emite os relatórios de consumo, fonte dos dados levantados. Recomendou que a administração intercedesse junto às Subseções que não efetuam o devido controle dos bens de consumo no sistema SICAM. A apresentação dos dados individuais de consumo da unidade aos gestores não foi feita. O SICAM não disponibiliza relatórios consistentes em razão das inúmeras lotações cadastradas. O prazo foi prorrogado.
- e) Campanha de estímulo ao uso do papel reciclado. (Prazo: dezembro/2016) – publicação no jornal “Justiça Federal Hoje”, em 09/11/2016, de matéria informando cinco bons motivos para adoção do papel reciclado. Prazo foi prorrogado.

Acompanhamento dos indicadores:2.1 Consumo de papel branco em resmas

2.1 Consumo de papel não reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.350			
Consumo em 2016: 18.091			
Janeiro	1.578	Julho	1.104
Fevereiro	855	Agosto	1.999
Março	681	Setembro	4.331
Abril	1.717	Outubro	2.223
Maio	1.131	Novembro	933
Junho	969	Dezembro	570

2.2 Consumo de papel reciclado em resmas

2.2 Consumo de papel reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 73			
Consumo em 2016: 668			
Janeiro	3	Julho	60
Fevereiro	0	Agosto	15
Março	14	Setembro	21
Abril	214	Outubro	34
Maio	15	Novembro	40
Junho	142	Dezembro	110

2.3 Consumo de papel próprio (branco e reciclado) em resmas

2.3 Consumo de papel próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.423			
Consumo em 2016: 18.759			
Janeiro	1.581	Julho	1.164
Fevereiro	855	Agosto	2.014
Março	695	Setembro	4.352
Abril	1.931	Outubro	2.257
Maio	1.146	Novembro	973
Junho	1.111	Dezembro	680

2.4 Consumo de papel timbrado = 2.6 Consumo de papel contratado – corresponde ao papel fornecido por empresa contratada pela Seção Judiciária da Bahia para prestação de serviços gráficos. Esta seccional adquire papel timbrado.

2.4 Consumo de papel não reciclado contratado			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 323			
Consumo em 2016: 280			
Janeiro	37	Julho	11
Fevereiro	21	Agosto	28
Março	12	Setembro	17
Abril	45	Outubro	31
Maio	28	Novembro	18
Junho	27	Dezembro	5

2.5 Consumo de papel reciclado contratado – A SJ/BA não consome este tipo de papel.

2.7 Consumo de papel total – papel branco, reciclado e timbrado

2.7 Consumo de papel total			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 15.746			
Consumo em 2016: 19.039			
Janeiro	1.618	Julho	1.175
Fevereiro	876	Agosto	2.042
Março	707	Setembro	4.369
Abril	1.976	Outubro	2.288
Maio	1.174	Novembro	991
Junho	1.138	Dezembro	685

2.8 Gasto (R\$) com papel branco

2.8 Gasto com papel não reciclado próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$161.749,29			
Gasto em 2016: R\$189.323,04			
Janeiro	16.335,82	Julho	11.428,16
Fevereiro	8.850,21	Agosto	20.684,79
Março	7.049,15	Setembro	45.087,12
Abril	17.772,87	Outubro	23.923,63
Maio	11.707,93	Novembro	10.162,68
Junho	10.029,95	Dezembro	6.290,73

2.9 Gasto (R\$) com papel reciclado

2.9 Gasto (R\$) com papel reciclado			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$608,09			
Gasto em 2016: R\$5.557,76			
Janeiro	24,96	Julho	499,20
Fevereiro	0,00	Agosto	124,80
Março	116,48	Setembro	174,72
Abril	1.780,48	Outubro	282,88
Maio	124,80	Novembro	332,80
Junho	1.181,44	Dezembro	915,20

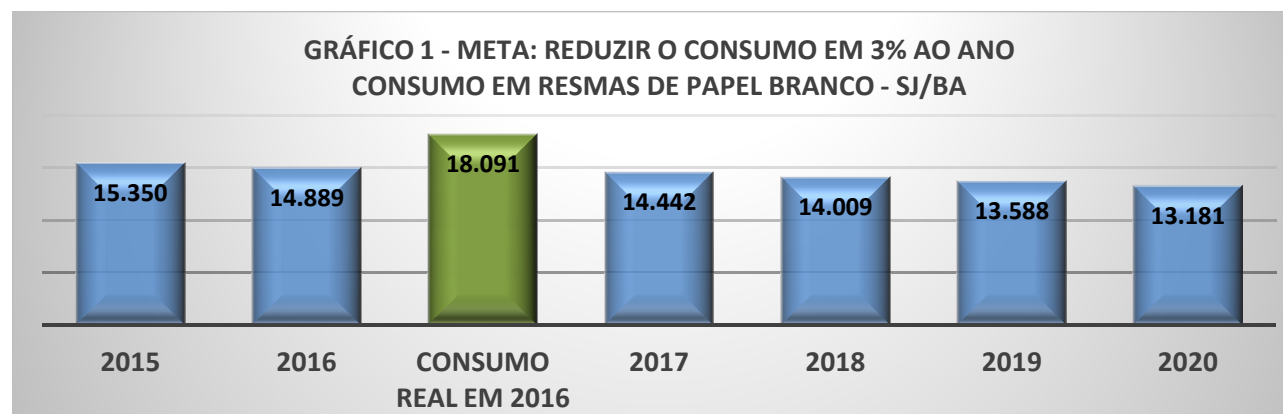
2.10 Gasto total de papel (branco e reciclado)

2.10 Gasto com papel próprio			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$162.357,38			
Gasto em 2016: R\$194.880,80			
Janeiro	16.360,78	Julho	11.927,36
Fevereiro	8.850,21	Agosto	20.809,59
Março	7.165,63	Setembro	45.261,84
Abril	19.553,35	Outubro	24.206,51
Maio	11.832,73	Novembro	10.495,48
Junho	11.211,39	Dezembro	7.205,93

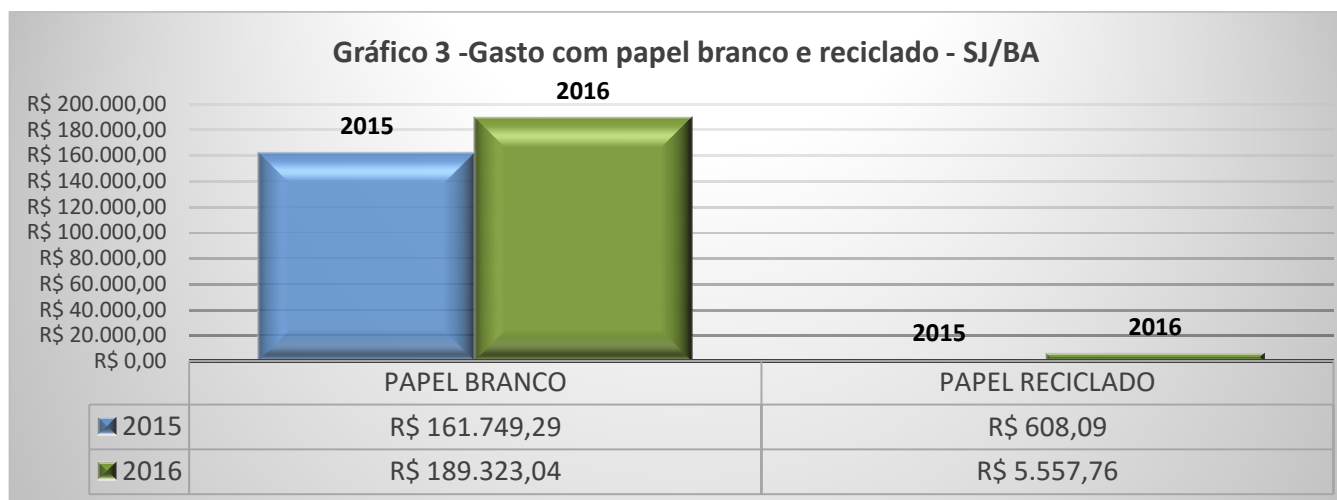
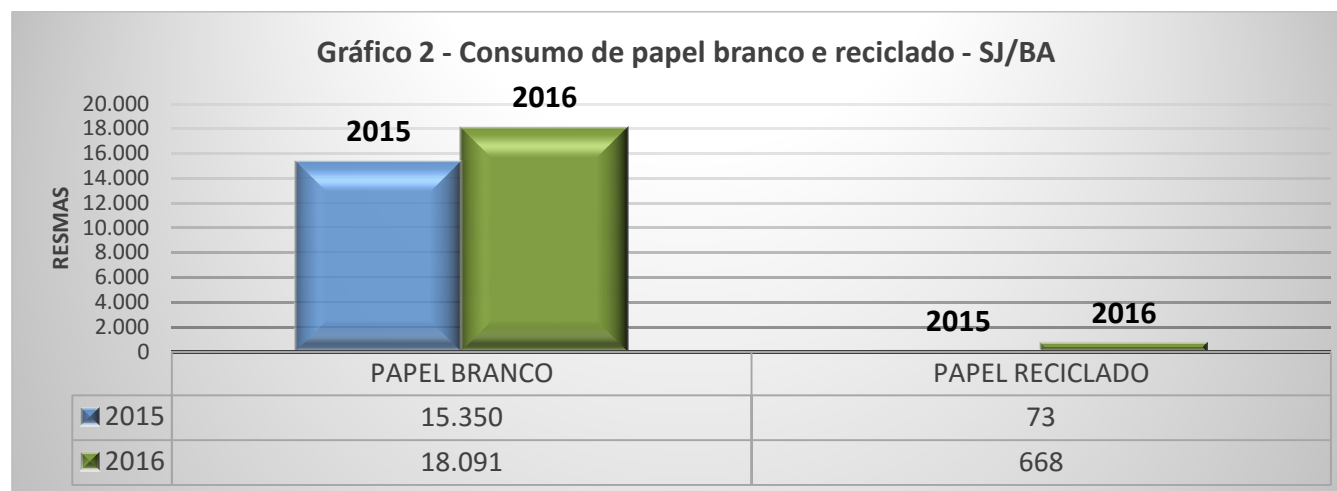
Análise dos resultados:

PAPEL BRANCO

A meta de redução do consumo de papel branco em 3% ao ano não foi atingida, conforme evidencia o Gráfico 1 que demonstra a projeção do consumo até 2020. A meta para o ano de 2016 era de 14.889 resmas e foi consumido um total de 18.091 resmas de papel branco.



Houve aumento de 17,86 % (2.741 resmas) no consumo e aumento de 17,04% (R\$27.573,75) no gasto com de papel branco. O consumo de papel reciclado sofreu aumento de 815 % (595 resmas) e de 813,97% (R\$4.949,67) no gasto.



Importante aqui informar que todos os dados levantados constantes do Questionário do CNJ computam o consumo total da sede da Seção Judiciária e das Subseções Judiciárias e foram extraídos do Sistema de Aquisição e Controle de Material ou Serviço – SICAM, em consulta aos relatórios “Total de Material por Lotação no Período” e “Total de Material no Período.

Para avaliação minuciosa do consumo de papel considerou-se apenas a sede da Seção Judiciária, pelas razões expostas no item “d” das ações propostas.

A tabela 1 discrimina o consumo em resmas no ano de 2016 por tipo de papel e unidade solicitante na Sede desta seccional:

TABELA 1 – CONSUMO EM RESMAS POR TIPO DE PAPEL			
TIPO DE PAPEL	VARAS E TURMAS RECURSAIS	ÁREA ADMINISTRATIVA	TOTAL
A4 BRANCO	4.768	2.370	7.138
OFÍCIO 2 BRANCO	198	54	252
TIMBRADO BRANCO - contratado	251	13	264
A4 RECICLADO	99	38	137
TOTAL	5.316	2.475	7.791

O consumo das 15 (quinze) Subseções Judiciárias, constituídas por 19 Varas representa 59,15% (10.701 resmas) do total de papel branco próprio consumido na SJ/BA. A Sede da Seção Judiciária, formada por 24 Varas e Turmas Recursais responde por 40,85% (7.390 resmas).

As análises tomaram por base o consumo de papel A4 branco pela sua representatividade (94% do consumo total) e o consumo do papel A4 reciclado por se tratar de material que gera menor impacto ambiental, embora esta seccional utilize cinco tipos diferentes de papel (A4 branco, A4 reciclado, Ofício 2, timbrado com brasão da República, timbrado com nome da Justiça) e ainda o papel A3 branco, que não é lançado no SICAM por ser de uso exclusivo da Seção de Comunicação Social, responsável pelo jornal da Seção Judiciária.

A implementação do Processo Administrativo Eletrônico (SEI – Sistema Eletrônico de Informações) em 2014 e a obrigatoriedade do uso do sistema, inclusive para processos físicos que já estavam em tramitação, e ainda a edição da Resolução PRESI 12, com efeitos a partir de 04/04/2016, que suspendeu o peticionamento eletrônico, via sistema de transmissão eletrônica de atos processuais da 1ª Região – e –Proc, em processos que tramitam em autos físicos, contribuíram para a redução do consumo de papel nas unidades da área administrativa. Anteriormente à

edição dessa Resolução era necessário imprimir todas as petições iniciais e incidentais relativas a processos físicos. A implantação do Processo Judicial Eletrônico ocorreu em setembro/2016 abrangendo os processos de mandado de segurança e de ações monitórias e deverá favorecer a economia de papel nos próximos anos.

Os dados colhidos demonstram a redução de 148 resmas de papel A4 branco na área administrativa (5,8%), significando que individualmente atingiu e ultrapassou a meta pretendida e aumento de 138 resmas (2,98%) nas Varas e Turmas Recursais. Conforme tabela abaixo:

TABELA 2 – CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL BRANCO		
UNIDADE SOLICITANTE	CONSUMO PAPEL BRANCO EM 2015	CONSUMO PAPEL BRANCO EM 2016
ÁREA ADMINISTRATIVA	2.518	2.370
VARAS E TURMAS RECURSAIS	4.630	4.768

PAPEL RECICLADO

O consumo de papel reciclado representou 0,47% (73 resmas), no ano de 2015, em relação ao consumo total de papel A4 da Seção Judiciária. Em 2016 correspondeu a 3,56% (668 resmas) do consumo total. Verifica-se que o consumo do papel reciclado na sede desta seccional foi opção de apenas 8 unidades em 2016 de um total de 35 unidades solicitantes (24 varas, Turmas Recursais, 7 Núcleos, Secretaria Administrativa e Direção do Foro). Em 2016, o consumo de 6 Subseções corresponde a 79,49% do total consumido na SJ/BA. As Varas que mais consumiram papel reciclado (22^a e 23^a) são Juizados Especiais Federais e trabalham com processos virtuais.

Em razão de problemas apresentados pelo uso do papel reciclado, como, por exemplo, manchas no papel, ilegibilidade na digitalização dos documentos e travamento das impressoras, sua utilização provoca resistência por parte dos usuários. A melhoria na qualidade do papel reciclado e a configuração das impressoras para o uso desse papel conjuntamente com campanhas de sensibilização para estimular a substituição do papel branco pode ampliar essa prática que contribui para um aproveitamento eficiente dos recursos naturais, principalmente a água e a preservação de florestas.

A tabela abaixo demonstra o consumo do papel reciclado nesta Seção:

TABELA 3 - CONSUMO EM RESMAS DE PAPEL RECICLADO – SJ/BA		
UNIDADE SOLICITANTE	CONSUMO EM 2015	CONSUMO EM 2016
2ª Vara	3	1
4ª Vara	0	4
6ª Vara	2	0
15ª Vara	2	0
19ª Vara	2	0
22ª Vara	0	48
23ª Vara	22	45
Turmas Recursais	0	1
NUCJU (Contadoria e SECAL)	1	22
NUASG (SEVIT/ SECAM)	18	15
NUCAF	0	1
Total parcial - SEDE	50	138
Subseção Judiciária de Paulo Afonso	20	350
Subseção Judiciária de Alagoinhas	1	0
Subseção Judiciária de Juazeiro	2	17
Subseção Judiciária de Irecê	0	25
Subseção Judiciária de Itabuna	0	70
Subseção Judiciária de Feira de Santana	0	50
Subseção Judiciária de Ilhéus	0	19
Total parcial - SUBSEÇÕES	23	531
Total geral – SJ/BA	73	668

Considerando que cada árvore de eucalipto produz cerca de 20 resmas (valor médio a depender da espécie e tamanho da árvore) e que a SJ/BA aumentou o consumo de papel branco em 2.741 resmas, deixaram de ser preservados 137 eucaliptos. E sabendo que são necessários, em média, 10 litros de água para fabricação de uma folha de papel, ou seja, foram usados 13.705.000 litros de água para produção deste incremento de consumo desta seccional.

Indicador 3 – Copos Descartáveis

META – Reduzir o consumo de copos descartáveis em 3% ao ano até 2020 – META SUPERADA

Ações propostas:

- a) Avaliação da viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis 200 ml e 50 ml por modelos oxibiodegradáveis, considerando critérios de sustentabilidade nesse processo, pesquisando novas tecnologias e comparando o custo/benefício e o respectivo impacto financeiro com essa substituição. (Prazo: julho/2016) – Não foi feita a avaliação. Prazo foi prorrogado.
- b) Redução do fornecimento de copos descartáveis – disponibilizando dados de consumo dos copos de 200 ml às unidades; apresentando periodicamente aos gestores das unidades os dados de consumo; estimando quantidade de consumo em conformidade com o número de servidores. (Prazo: julho/2016) - A Seção de Administração de Material encaminhou, em setembro/2016, para a Secretaria Administrativa planilhas relativas aos consumos de copos plásticos desta Seção Judiciária. A estimativa da quantidade de copos por número de servidores por lotação não foi feita. O sistema informatizado SICAM utilizado para registro e controle de estoque apresenta limitações na emissão de relatórios e inviabiliza a apresentação dos dados individuais de consumo. Prazo foi prorrogado.
- c) Campanha para uso racional de copos descartáveis e estímulo ao uso do copo retornável. (Prazo: dezembro/2016)– foram veiculadas 4 matérias no jornal Justiça Federal Hoje – JFH, de circulação interna desta Seccional, durante o ano de 2016, para informar sobre a importância da economia de copos descartáveis. Prazo foi prorrogado.

Acompanhamento dos indicadores: 3.1 Consumo de copos para água (200ml)

3.1 Consumo de copos descartáveis para água			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 8.743			
Consumo em 2016: 7.561			
Janeiro	492	Julho	360
Fevereiro	643	Agosto	671
Março	233	Setembro	368
Abril	945	Outubro	593
Maio	351	Novembro	1.102
Junho	1.547	Dezembro	256

3.2 Consumo de copos para café (50ml)

3.2 Consumo de copos descartáveis para café			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 2.075			
Consumo em 2016: 1.819			
Janeiro	195	Julho	89
Fevereiro	109	Agosto	248
Março	84	Setembro	155
Abril	167	Outubro	161
Maio	170	Novembro	149
Junho	167	Dezembro	125

3.3 Consumo total de copos descartáveis

3.3 Consumo de copos descartáveis total			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 10.818			
Consumo em 2016: 9.380			
Janeiro	687	Julho	449
Fevereiro	752	Agosto	919
Março	317	Setembro	523
Abril	1.112	Outubro	754
Maio	521	Novembro	1.251
Junho	1.714	Dezembro	381

3.4 Gasto (R\$) com copos para água

3.4 Gasto com copos descartáveis para água			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$27.372,93			
Gasto em 2016: R\$22.585,68			
Janeiro	1.544,88	Julho	1.065,60
Fevereiro	1.958,68	Agosto	1.968,40
Março	699,00	Setembro	1.086,32
Abril	2.835,00	Outubro	1.762,24
Maio	1.053,00	Novembro	3.268,72
Junho	4.579,12	Dezembro	764,72

3.5 Gasto (R\$) com copos para café (50 ml)

3.5 Gasto com copos descartáveis para café			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$2.701,79			
Gasto em 2016: R\$2.207,14			
Janeiro	239,85	Julho	107,69
Fevereiro	134,07	Agosto	300,08
Março	103,26	Setembro	186,34
Abril	200,52	Outubro	194,81
Maio	205,70	Novembro	180,90
Junho	202,07	Dezembro	151,85

3.6 Gasto total com copos descartáveis

3.6 Gasto com copos descartáveis total			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$30.074,72			
Gasto em 2016: R\$24.792,82			
Janeiro	1.784,73	Julho	1.173,29
Fevereiro	2.092,75	Agosto	2.268,48
Março	802,26	Setembro	1.272,66
Abril	3.035,52	Outubro	1.957,05
Maio	1.258,70	Novembro	3.449,62
Junho	4.781,19	Dezembro	916,57

Análise dos resultados:

Conforme demonstra o gráfico 4 a meta foi atingida, ocorrendo uma redução bastante significativa, de 13,29% (1.438 centos) do consumo total de copos descartáveis, redução esta bem próxima da meta projetada para o ano de 2020. E redução no gasto total com copos descartáveis de 17,56% (R\$5.281,90).

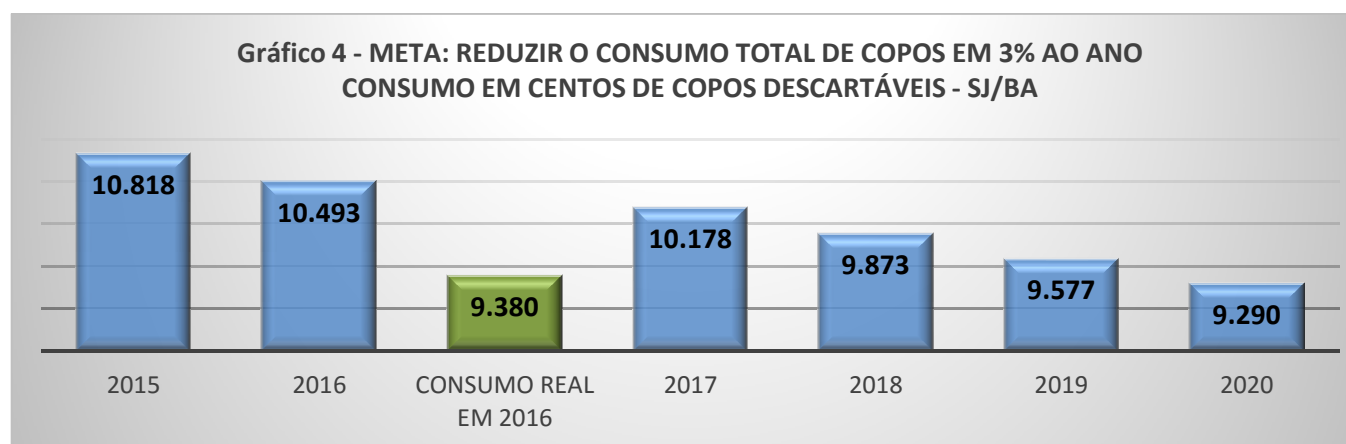


Gráfico 5 - CONSUMO TOTAL DE COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA

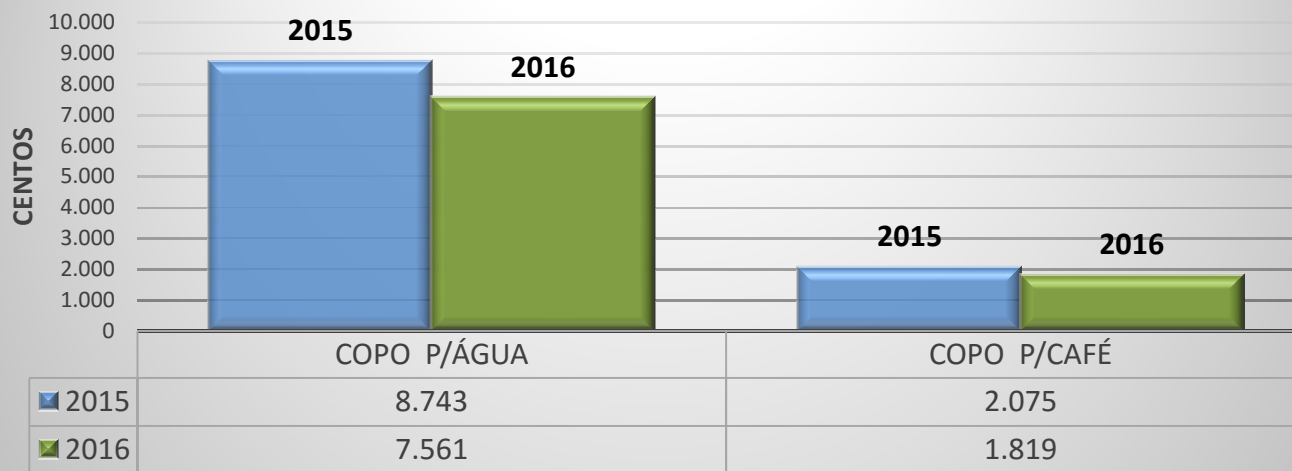
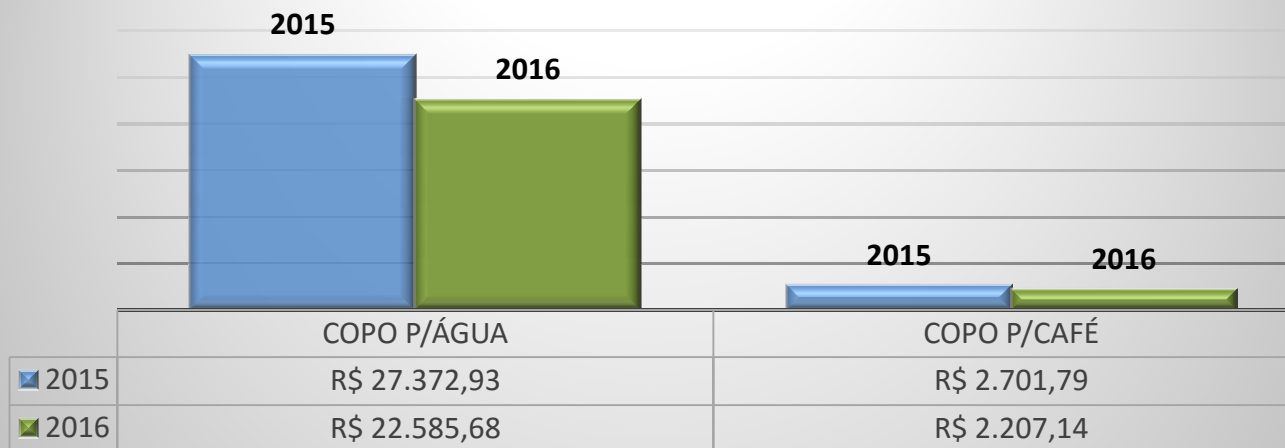


Gráfico 6 - GASTO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS - SJ/BA



O consumo per capita de copos descartáveis reduziu em 13,62% no consumo per capita, reduziu-se, portanto, a necessidade de descarte de 143.000 unidades copos plásticos:

TABELA 4 - CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS			
PERÍODO	CONSUMO EM CENTOS	FORÇA DE TRABALHO TOTAL	CONSUMO PER CAPITA
2015	10.818	2.018	5,36
2016	9.380	2.027	4,63

Indicador 4 – Água envasada em embalagem plástica

Nenhuma ação ou meta foi proposta no PLS/BA para proporcionar economia de água envasada em embalagem plástica.

Acompanhamento dos indicadores:

4.1 Consumo de água mineral em garrafas de 500ml

4.1 Consumo de embalagens descartáveis para água mineral			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 1.600			
Consumo em 2016: 2.600			
Janeiro	60	Julho	276
Fevereiro	24	Agosto	332
Março	24	Setembro	224
Abril	288	Outubro	200
Maio	320	Novembro	380
Junho	138	Dezembro	334

4.2 Consumo de água mineral em garrações de 20 l

4.2 Consumo de embalagens retornáveis para água mineral			
Periodicidade de apuração: anual			
Consumo em 2015: 15.576			
Consumo em 2016: 15.802			
Janeiro	1.005	Julho	1.288
Fevereiro	1.274	Agosto	1.587
Março	1.430	Setembro	1.090
Abril	1.563	Outubro	1.022
Maio	1.451	Novembro	1.452
Junho	1.234	Dezembro	1.406

4.3 Gasto com água mineral em garrafas de 500ml

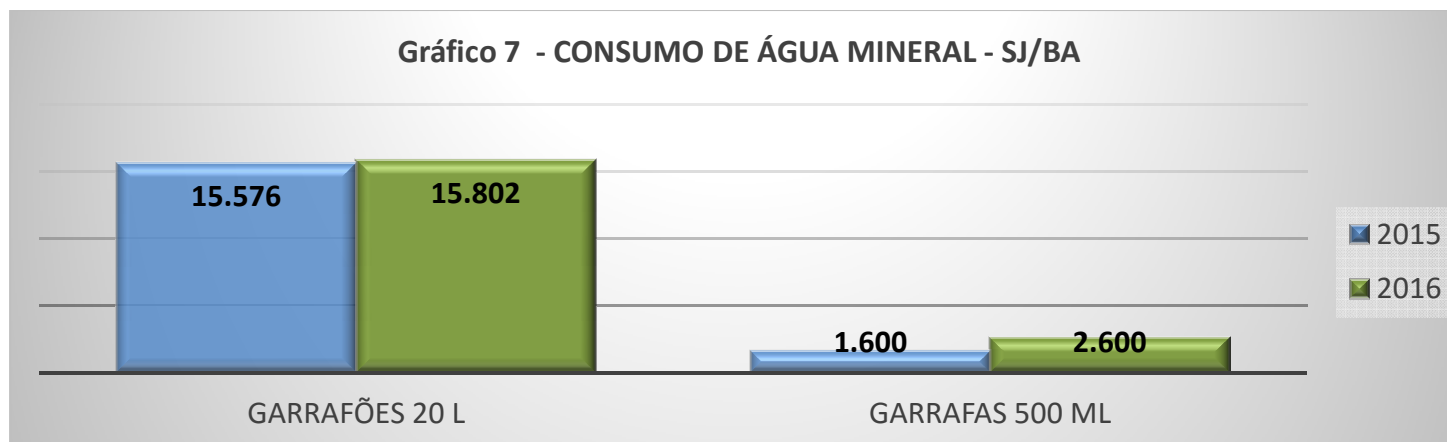
4.3 Gasto (R\$) com água mineral em embalagens descartáveis			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$1.264,00			
Gasto em 2016: R\$1.942,10			
Janeiro	60,00	Julho	204,00
Fevereiro	24,00	Agosto	244,40
Março	24,00	Setembro	149,00
Abril	252,00	Outubro	125,00
Maio	227,00	Novembro	275,00
Junho	118,20	Dezembro	239,50

4.4 Gasto com água mineral em garrações de 20 l

4.4 Gasto com água mineral em embalagens retornáveis			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: R\$96.785,76			
Gasto em 2016: R\$99.954,46			
Janeiro	6.049,54	Julho	8.503,66
Fevereiro	7.412,30	Agosto	10.278,19
Março	9.301,61	Setembro	7.414,98
Abril	9.949,80	Outubro	6.747,41
Maio	9.327,28	Novembro	8.433,19
Junho	8.063,70	Dezembro	8.472,80

Análise dos resultados:

Houve aumento no consumo de 1,45% (226 garrações) e aumento no gasto de 3,27% (R\$3.168,70) com garrações de 20 litros de água mineral. Aumento de 62,5% (1.000 garrafas) e aumento no gasto de 53,65% (R\$678,10). Vide gráficos 7 e 8.





Em toda a Seção Judiciária da Bahia apenas 3 Subseções consumiram água mineral em garrafas de 500ml (Campo Formoso – 748 garrafas, Teixeira de Freitas – 456 garrafas e Vitória da Conquista – 1.396 garrafas) no ano de 2016, e há variação de preço do produto para cada cidade, a média simples de preço é R\$7,73. Há, contudo, Subseção Judiciária (Barreiras – R\$14,00) cujo preço unitário contratado para garrafão de água mineral é mais que o dobro do preço contratado para a Sede (Salvador- R\$5,06). Ocorreu também variação do preço contratado de um ano para o outro.

As aquisições de garrafões para fornecimento de água mineral na Sede, anexo e prédios dos Juizados Federais são feitas por Ata de Registro de Preços e mediante contrato, com vigência de 1 ano e sem possibilidade de reajuste no preço acordado, nas Subseções Judiciárias.

A Seção de Serviços Gerais cogitou a substituição da aquisição de garrafões de água mineral por utilização de bebedouros, mas são necessários estudos de viabilidade econômica devida à necessidade de reformas para adaptação da instalação hidráulica e custos com manutenção dos equipamentos.

Avalia-se a possibilidade de extinção do fornecimento de água mineral em garrafas de 500ml.

As tabelas 5 e 6 apresentam, respectivamente, o consumo individual de garrações de 20 litros das unidades administrativas desta seccional e os valores contratados nos anos de 2015 e 2016 em cada uma delas:

TABELA 5 - CONSUMO DE GARRAFÕES DE 20 LITROS		
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	2015	2016
Subseção Judiciária de Alagoinhas – Vara Única	435	437
Subseção Judiciária de Barreiras – Vara Única	437	249
Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa – Vara Única	620	725
Subseção Judiciária de Campo Formoso – Vara Única	256	403
Subseção Judiciária de Eunápolis – Vara Única	247	311
Subseção Judiciária de Feira de Santana – 1ª, 2ª e 3ª Varas	1.130	1.040
Subseção Judiciária de Guanambi – Vara Única	245	318
Subseção Judiciária de Ilhéus – Vara Única	900	960
Subseção Judiciária de Irecê – Vara Única	348	251
Subseção Judiciária de Itabuna – 1ª e 2ª Varas	452	701
Subseção Judiciária de Jequié – Vara Única	540	588
Subseção Judiciária de Juazeiro – Vara Única	960	960
Subseção Judiciária de Paulo Afonso – Vara Única	720	499
Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas – Vara Única	232	280
Subseção Judiciária de Vitória da Conquista – 1ª e 2ª Varas	652	642
Sede/Anexo/JEFs – 24 Varas	7.402	7.438
TOTAL	15.576	15.802

TABELA 6 - PREÇO CONTRATADO - ÁGUA MINERAL				
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Garrafão		Garrafa	
	2015	2016	2015	2016
Sede/Anexo/JEFs - Salvador	R\$3,20*	R\$5,06**	-	-
Subseção Judiciária de Alagoinhas	R\$6,00	R\$5,95	-	-
Subseção Judiciária Barreiras	R\$10,00	R\$14,00	-	-
Subseção Judiciária Bom Jesus da Lapa	R\$9,00	R\$10,00	-	-
Subseção Judiciária Campo Formoso	R\$7,95	R\$7,45	R\$0,85	R\$,075
Subseção Judiciária Eunápolis	R\$6,80	R\$7,00	-	-
Subseção Judiciária Feira de Santana	R\$6,50	R\$7,00	-	-
Subseção Judiciária Guanambi	R\$6,98	R\$6,39	-	-
Subseção Judiciária Irecê	R\$7,00	R\$7,00	-	-
Subseção Judiciária Ilhéus	R\$7,50	R\$6,90	-	-
Subseção Judiciária Itabuna	R\$8,00	R\$8,50	R\$0,79	-
Subseção Judiciária Jequié	R\$6,50	R\$6,50	-	-
Subseção Judiciária Juazeiro	R\$8,30	R\$9,50	-	-
Subseção Judiciária Paulo Afonso	R\$6,89	R\$6,80	-	-
Subseção Judiciária Teixeira de Freitas	R\$6,50	R\$8,00	-	R\$1,00
Subseção Judiciária Vitória da Conquista	R\$ 7,00	R\$7,70	R\$0,79	R\$0,625

* Em Salvador o preço de R\$3,20 foi praticado até março de 2015 quando foi cancelada a Ata de Registro de Preços nº 22/2014 em razão do descumprimento das obrigações por parte do fornecedor. A partir de junho de 2015 foi firmada nova Ata de nº 11/2015 e o novo preço do garrafão foi de R\$5,06. Foi necessária a aquisição, em 2015, de 1.582 garrafões, com suprimento de fundos/reembolso, totalizando um gasto de R\$10.107,00.

** Em agosto de 2016 a seccional contratou, mediante Ata de Registro de Preços nº 07/2016, pelo preço unitário de R\$3,80 o garrafão de 20 litros.

Indicador 5 – Impressão

META – redução de consumo de papel, cartuchos e tonners e energia elétrica – meta avaliada para cada item separadamente

Acções propostas

- a) Configuração das impressoras para padrão frente e verso. (Prazo:1º semestre/2016) – O Núcleo de Tecnologia – NUTEC efetuou as configurações nas unidades.
- b) Configuração de impressoras e computadores em modo econômico – (Prazo:1º semestre/2016) - O Núcleo de Tecnologia – NUTEC efetuou as configurações nas unidades.
- c) Configuração padrão de uma impressora para três computadores, ressalvadas situações específicas que demandam um maior quantitativo de impressoras. (Prazo:1º semestre/2016) – o Setor de Suporte Técnico do Núcleo de Tecnologia visitou todas as unidades administrativas para sensibilizar quanto à necessidade de redução de consumo de papel, toner e número de impressoras ligadas por setor. As configurações foram providenciadas de acordo com as indicações de compartilhamento feitas pelas unidades. Em algumas unidades não houve indicação para redução do uso de impressoras através do compartilhamento. Concluiu ser difícil mensurar a contribuição dessa ação para a redução do consumo por falta de indicadores anteriores e por não haver garantia da manutenção das alterações efetuadas.

Acompanhamento dos indicadores**5.2 Quantidade de impressoras e 5.4 Gasto com aquisições de suprimentos**

IMPRESSÃO	2015	2016
5.2 - quantidade de equipamentos de impressão	1.609	1.605
5.4 - gasto com aquisições de suprimentos	R\$ 237.079,43	R\$235.752,45

Análise dos resultados:

Esta seccional não monitora a quantidade de impressões (item 5.1), a performance dos equipamentos instalados (item 5.3), o gasto com aquisição de impressoras (item 5.5 – a compra é centralizada no TRF1) e o gasto com terceirização de impressão (item 5.6 – não existem

contratos dessa natureza firmados na SJ/BA). As ações propostas tiveram como objetivo a redução do consumo de papel, do consumo de cartuchos e toner e de energia elétrica. Não ocorreu variação significativa na quantidade de equipamentos de impressão. O gasto com aquisição de suprimentos foi de R\$ 237.079,43 em 2015, no ano de 2016 foi de R\$235.752,45, redução de 0,56% (R\$1.326,98).

Indicador 6 – Telefonia

META – Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel – META ALCANÇADA

Ações propostas

- a) Telefonia móvel - Utilizar os recursos oferecidos pelo sistema de gestão on line da operadora de telefonia contratada para controlar a utilização de forma individualizada. Reedição de portaria que estabelece limites para utilização das estações móveis. (Prazo: 2016). – O Setor de Telefonia informa que após a instalação do Windows 10 nos microcomputadores da seccional o programa de tarifação não foi reinstalado, o sistema apresenta bloqueios e impede o acesso ao tarifador. A portaria não foi reeditada. Prazo foi prorrogado.
- b) Telefonia fixa (Sede) - Rever os perfis de configuração dos ramais DDR do edf. Sede e JEFs. (Prazo: 2016) – Não houve a revisão. Prazo foi prorrogado.
- c) Aprimorar o uso dos sistemas de tarifação das centrais telefônicas da Sede e Subseções através da emissão de relatórios mensais individualizados por unidade e ramal e envio mensal ao gestor da unidade para melhor acompanhamento da utilização da telefonia fixa. (Prazo: 2016) – O controle individualizado depende da reedição da portaria. Prazo foi prorrogado.

Estas ações constaram do Tema 6 – Contratações sustentáveis do PLS/BA.

Acompanhamento dos indicadores:**6.1 Gasto com telefonia fixa**

6.1 Gasto com telefonia fixa			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: R\$285.101,92			
Gasto em 2016: R\$269.897,07			
Janeiro	17.763,21	Julho	21.140,11
Fevereiro	21.874,02	Agosto	23.799,18
Março	22.384,85	Setembro	22.246,90
Abril	20.920,03	Outubro	21.512,92
Maio	22.653,42	Novembro	21.541,94
Junho	31.785,30	Dezembro	22.275,19

6.2 Quantidade de linhas telefônicas fixas

TELEFONIA	2015	2016
6.2 - linhas telefônicas fixas	810	1.053

6.3 Gasto relativo com telefonia fixa

TELEFONIA	2015	2016
6.3 – gasto relativo com telefonia fixa	R\$351,98	256,31

6.4 Gasto com telefonia móvel

6.4 Gasto com telefonia móvel			
Periodicidade de apuração: anual			
Gasto em 2015: 53.819,05			
Gasto em 2016: 38.966,10			
Janeiro	3.074,88	Julho	3.353,64
Fevereiro	4.699,48	Agosto	3.506,51
Março	1.873,46	Setembro	3.510,68
Abril	1.074,97	Outubro	3.344,86
Maio	3.478,67	Novembro	3.840,23
Junho	3.712,68	Dezembro	3.496,04

6.5 Quantidade de linhas telefônicas móveis

TELEFONIA	2015	2016
6.5 - linhas telefônicas móveis	93	93

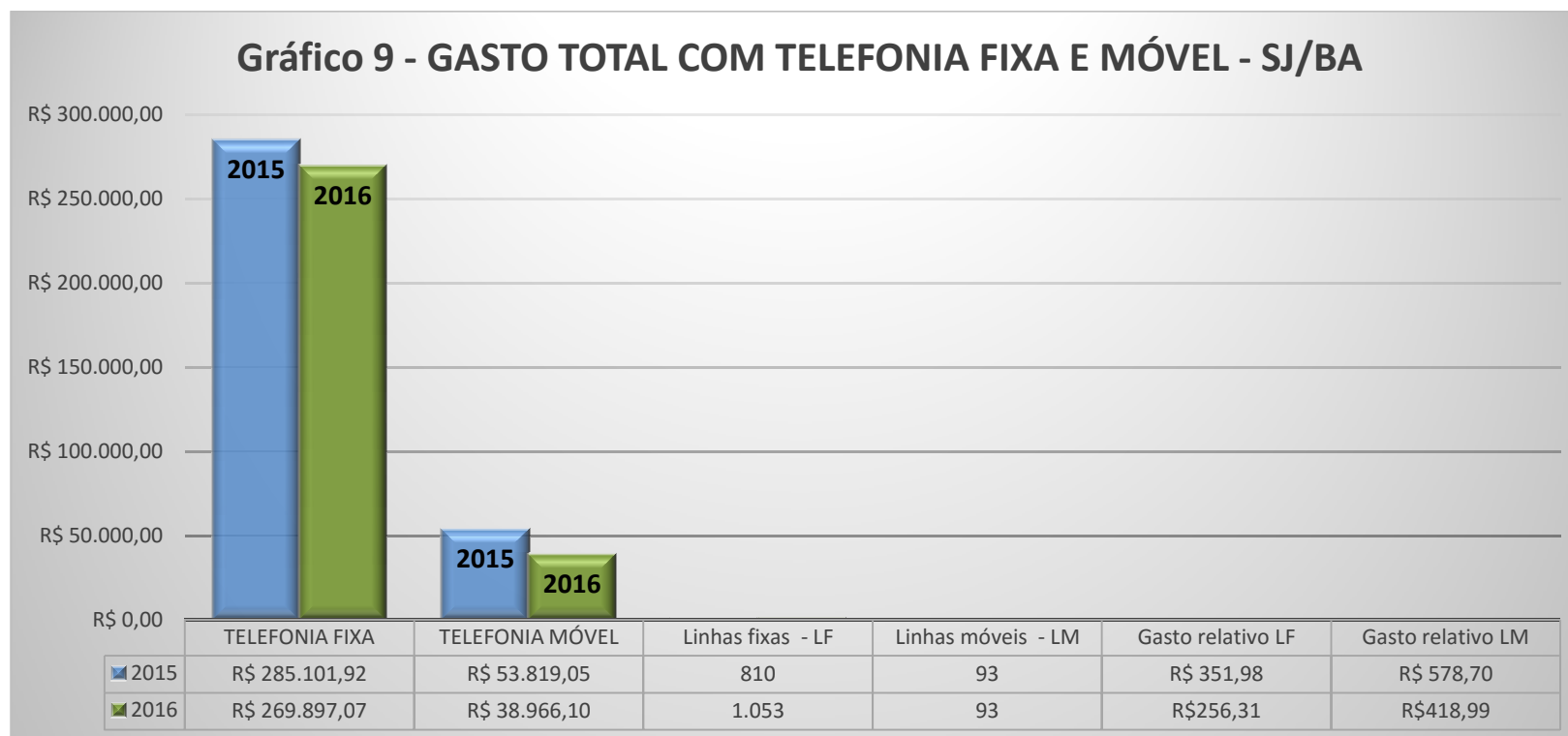
6.6 Gasto relativo com telefonia móvel

TELEFONIA	2015	2016
6.3 – gasto relativo com telefonia móvel	R\$578,70	R\$418,99

Análise dos resultados:

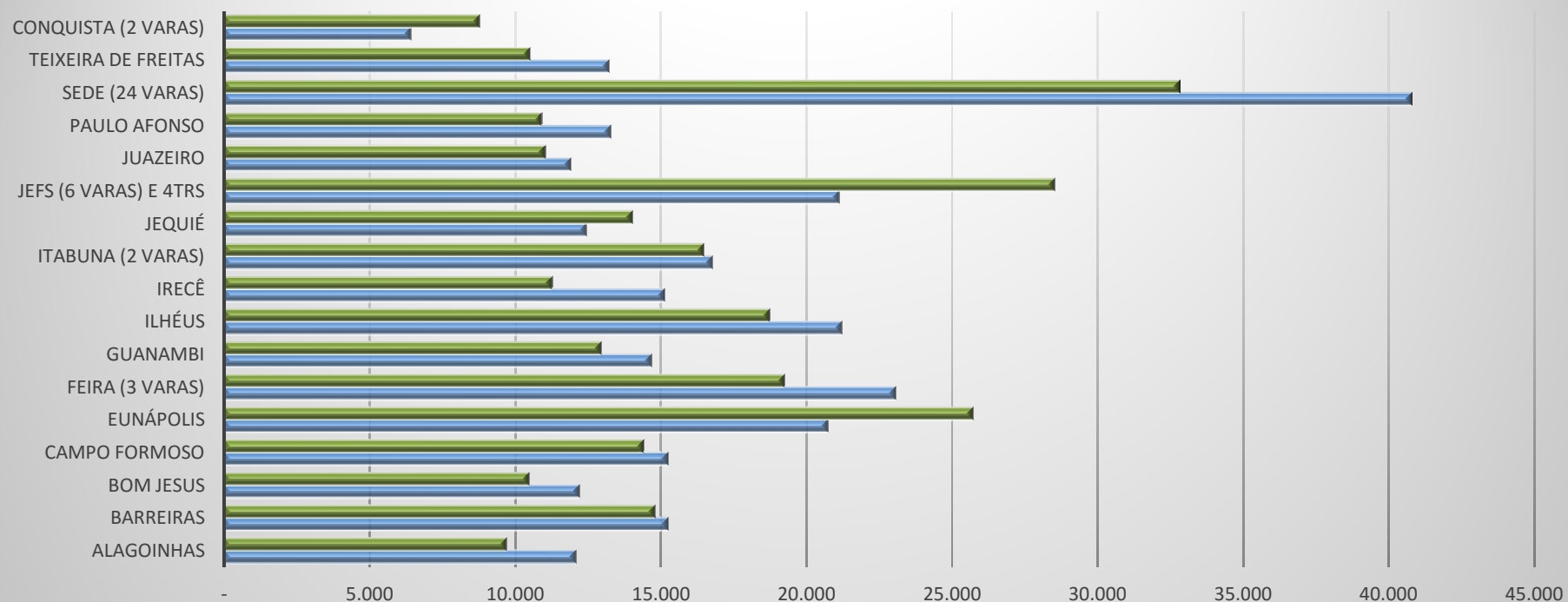
A quantidade de linhas telefônicas fixas sofreu incremento de 30% (243 linhas) e a quantidade de linhas telefônicas móveis não sofreu alteração. Houve redução no gasto total com telefonia móvel em 2016, uma variação de -27,6% (R\$14.852,95) e redução de 5,33% no gasto total com telefonia fixa R\$15.204,85.

Houve redução no gasto relativo com telefonia fixa (27,18%) em relação ao ano de 2015 e redução no gasto relativo com telefonia móvel (27,6%).



No prédio sede e anexo da SJ/BA houve redução de 19,51% (R\$7.951,00) no gasto com telefonia fixa. Houve aumento 35,08% (R\$7.403,00) com o gasto no prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais. Das 15 Subseções apenas duas (Jequié e Vitória da Conquista) aumentaram a despesa com telefonia fixa, conforme verifica-se observando o gráfico 10:

Gráfico 10 - GASTO (R\$) COM TELEFONIA FIXA - SJ/BA



	Alagoínhas	Barreiras	Bom Jesus	Campo Formoso	Eunápolis	Feira (3 Varas)	Guanambi	Ilhéus	Irecê	Itabuna (2 Varas)	Jequié	JEFS (6 Varas) e 4TRs	Juazeiro	Paulo Afonso	Sede (24 Varas)	Teixeira de Freitas	Conquista (2 Varas)
■ 2016	9.666	14.779	10.444	14.374	25.697	19.213	12.932	18.695	11.235	16.450	13.989	28.504	11.013	10.880	32.809	10.478	8.736
■ 2015	12.060	15.220	12.165	15.219	20.707	23.044	14.644	21.193	15.106	16.744	12.420	21.101	11.878	13.259	40.760	13.195	6.388

TEMA 2 – ENERGIA ELÉTRICA

Indicador 7 – Energia elétrica

META – Reduzir o consumo de energia elétrica – META ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Implantar a iluminação LED. Substituição das luminárias e lâmpadas da área externa, incluindo estacionamento. Substituição gradual das lâmpadas da área interna (Varas, Núcleos e demais setores) (Prazo: 2016) – A Seção de Serviços Gerais efetuou a troca dos refletores do estacionamento por lâmpadas LED. Estabeleceu como meta para 2017 a realização da troca das atuais lâmpadas instaladas por modelos de baixo consumo de energia do tipo “led” de forma paulatina e constante, conforme surgimento de necessidade de troca por queima. Foram adquiridas 1.150 lâmpadas LED e aguarda-se o fornecimento para início da substituição em 2017. Prazo foi prorrogado.
- b) Incrementar a utilização de sensores de presença (Prazo: 2016) – foram instalados 50 sensores.
- c) Reduzir quantidade de lâmpadas mediante alternância do funcionamento de luminárias (Prazo: 2016) – Não foi implementada.
- d) Reduzir o funcionamento do sistema de refrigeração geral (Prazo: 2016) – os aparelhos do sistema central de refrigeração são desligados a partir das 18h00 na Sede, conforme determinado na Portaria DIREF 55.
- e) Revisão dos contratos de demanda de potência energética das Subseções (Prazo: 2016) foram feitas adequações da demanda contratada, conforme tabela do indicador 7.5 - Negociação tarifária.

A redução da demanda contratada de 200kW para 100 kW da Subseção de Vitória da Conquista foi efetivada, mediante Termo Aditivo ao contrato original em 30/06/2015, na Subseção de Jequié a partir de setembro de 2016, na Subseção de Irecê a partir de outubro de 2016 e na Subseção de Feira de Santana a partir de novembro/2016.
- f) Avaliação do consumo de KVAR excedente. Avaliar a necessidade e o tempo de retorno da implementação de banco de capacitores com a finalidade de anular a taxa extra cobrada por consumo de potência reativa excedente. (Prazo: 2016) – Prazo foi prorrogado.

g) Otimização do uso dos elevadores (Prazo: 2016) – foi reduzido o número de elevadores em funcionamento durante a semana e ocorre o total desligamento nos finais de semana nos prédios Sede, Anexo e Juizados Especiais Federais, conforme Portaria DIREF 55.

As Subseções Judiciárias que não constaram no PLS/BA como responsáveis diretas por ações de sustentabilidade, em resposta ao Relatório de Auditoria 07/2016 desta seccional, informaram as práticas adotadas para a redução do consumo de energia elétrica.

Todas fixaram horários para o funcionamento dos aparelhos de ar condicionado, com exceção da Subseção de Jequié. A Subseção de Bom Jesus da Lapa e de Campo Formoso concentraram setores em um mesmo ambiente.

Alagoinhas – fixação de horários para desligamento de lâmpadas e elevadores. A Subseção está instalada no 2º andar do prédio do INSS, e a energia é compartilhada com a referida autarquia, titular do contrato com a COELBA. A SJ/BA efetua o ressarcimento ao INSS em 38,22% do total da despesa, por meio de rateio e de forma proporcional à área ocupada pela Subseção. Em que pese a dificuldade de estabelecer relação direta entre as medidas adotadas e a redução de consumo geral (Subseção e INSS), observou-se como parâmetro para avaliação dos resultados o consumo ativo e reativo. Concluiu-se, comparando consumos do período de janeiro a julho de 2015 e 2016, que as práticas implementadas pela Subseção concorreram para a redução do consumo total de energia.

Bom Jesus da Lapa - desligamento de 70% das lâmpadas do estacionamento, desligamento de 50% das lâmpadas das áreas comuns; concentração de setores na mesma sala, o que permitiu desativar dois aparelhos de ar condicionado.

Eunápolis – criação de equipes de fiscalização por andar para monitoramento do acionamento desnecessário de lâmpadas e computadores e/ou monitores.

Feira de Santana – redução da demanda contratada de 580 kW para 200 Kw a partir de novembro/2016; edição da Portaria nº 21, de 07/03/2016, determinando o desligamento dos elevadores e centrais de ar condicionado aos finais de semana/feriados e nos dias úteis a partir das 18 horas.

Guanambi - desligamento de lâmpadas dos corredores e áreas que não necessitam de iluminação constante; turno único para o setor administrativo.

Ilhéus – balanceamento das luminárias das salas.

Itabuna – otimização dos aparelhos de ar condicionado, mantendo-os à temperatura de 23°C; instalação de interruptores que permitem a ligação das luminárias de maneira alternada; instalação de sensores de presença em ambientes de pouca circulação.

Jequié – substituição das lâmpadas do jardim, escadas, estacionamento, garagem e área externa por lâmpadas brancas e LED. Redução da demanda contratada de 350Kw para 100 kW a partir de setembro de 2016, mediante Termo Aditivo ao contrato original de fornecimento de energia elétrica. (vide gráfico 15)

Juazeiro – instalação de foto-sensores nos refletores da área externa.

Paulo Afonso – troca das lâmpadas fluorescentes por LED; uso dos aparelhos de ar condicionado em temperatura de 21° C; diminuição da iluminação de áreas comuns.

Vitória da Conquista – redução da quantidade de lâmpadas acesas.

Teixeira de Freitas – regulagem da temperatura dos aparelhos de ar condicionado para 23° C ou mais; diminuição de lâmpadas acesas nas áreas de circulação e garagem; configuração no funcionamento dos monitores com descanso automático a partir de 15 minutos, quando ociosos.

Acompanhamento dos indicadores:

7.1 Consumo de energia elétrica (kWh)

7.1 Consumo de energia elétrica			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 6.539.234,34			
Consumo em 2016: 5.706.710,49			
Janeiro	510.402,75	Julho	410.492,29
Fevereiro	522.421,17	Agosto	436.409,24
Março	502.468,05	Setembro	443.400,52
Abril	472.926,09	Outubro	492.320,10
Maior	489.070,74	Novembro	486.920,33
Junho	435.773,21	Dezembro	504.106,00

7.2 Consumo (kWh) relativo com energia elétrica

ENERGIA	2015	2016
7.2 – consumo relativo com energia elétrica	91,02	79,43

7.3 Gasto (R\$) com energia elétrica

7.3 Gasto com energia elétrica			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: 3.430.653,38			
Gasto em 2016: 3.154.385,55			
Janeiro	304.042,84	Julho	238.480,75
Fevereiro	305.705,13	Agosto	244.924,82
Março	276.395,81	Setembro	247.227,28
Abril	236.663,10	Outubro	262.703,87
Maior	259.412,85	Novembro	253.272,39
Junho	260.958,02	Dezembro	264.598,69

7.4 Gasto (R\$) relativo com energia elétrica

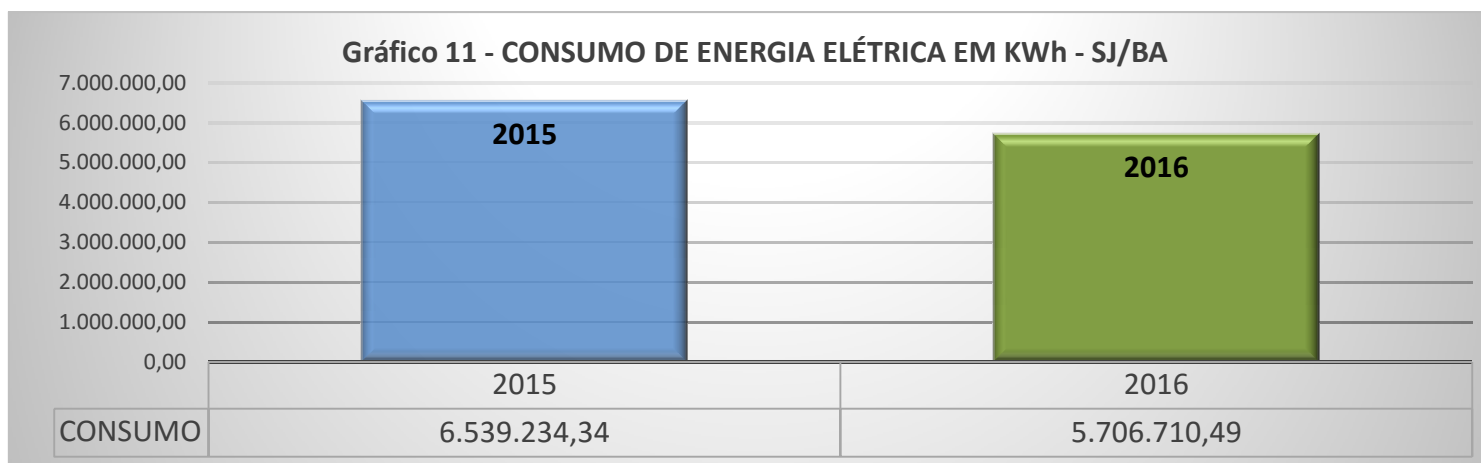
ENERGIA	2015	2016
7.4 – gasto relativo com energia elétrica	R\$47,75	R\$43,91

7.5 Negociação tarifária

7.5 Negociação tarifária		
SUBSEÇÃO	Demanda (kW) - original	Demanda (kW) - adequada
Irecê	70	55
Jequié	350	100
Feira de Santana	580	200

Análise dos resultados:

A meta de redução de consumo de energia foi atingida. Houve redução de 12,73% (832.523,85 kWh) no consumo e economia de R\$265.623,00 no gasto com energia elétrica desta Seção Judiciária e suas Subseções. O total economizado em kWh é aproximadamente o equivalente ao consumo anual total das 3 maiores Subseções (Feira de Santana (3 varas), Itabuna e Vitória da Conquista (2 varas cada)), ou ainda o suficiente para a necessidade anual de 8 Subseções que menos consomem energia elétrica (Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Campo Formoso, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Juazeiro e Guanambi).



O gasto com consumo de energia elétrica nos prédios de Salvador (prédio Sede, Anexo, JEFs e Arquivo) representa 52% (R\$1.647.442,50) do consumo total da Seção Judiciária e nas instalações das Subseções representa 48% (R\$1.506.943,05).

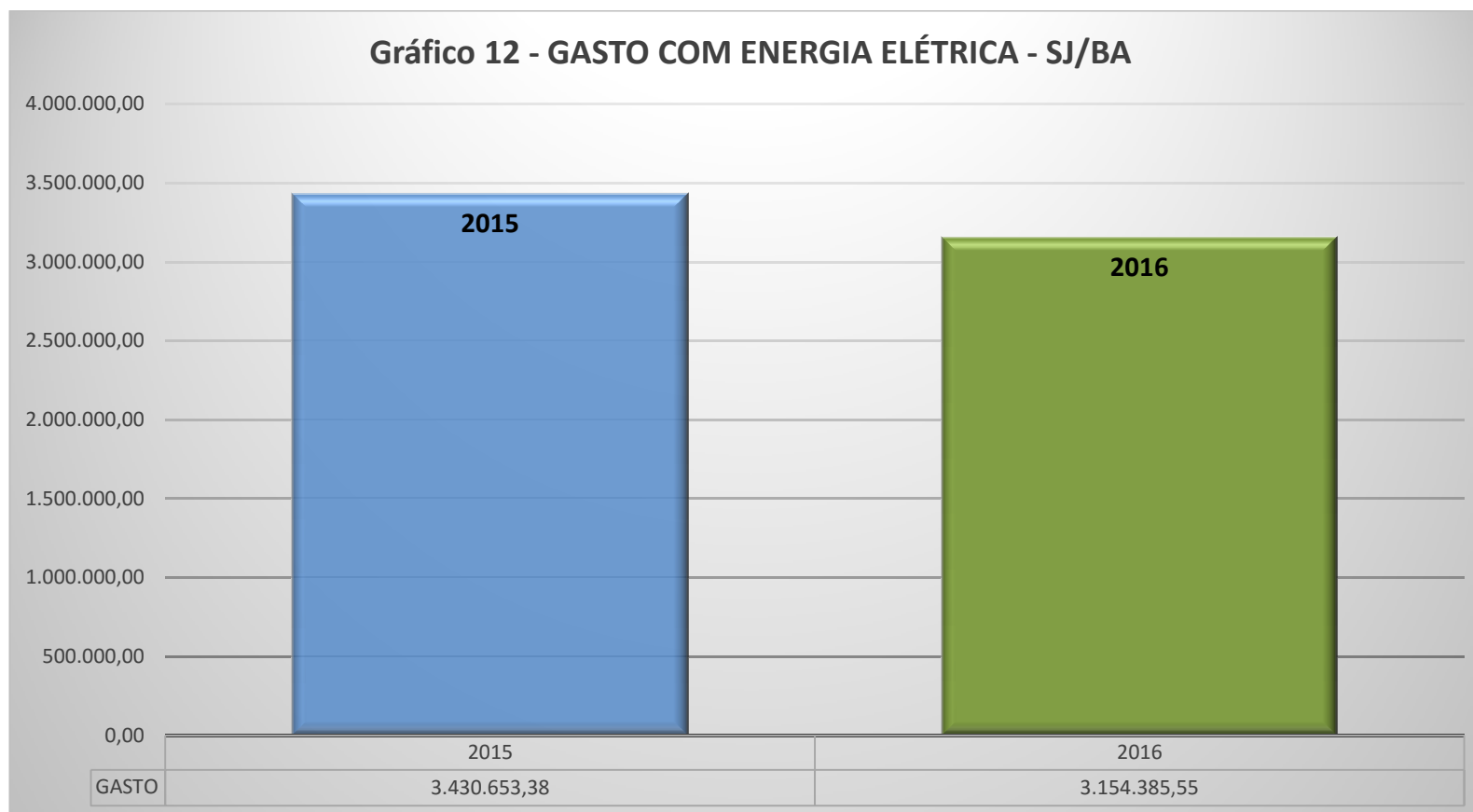


Gráfico 13 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (kWh) - SJ/BA

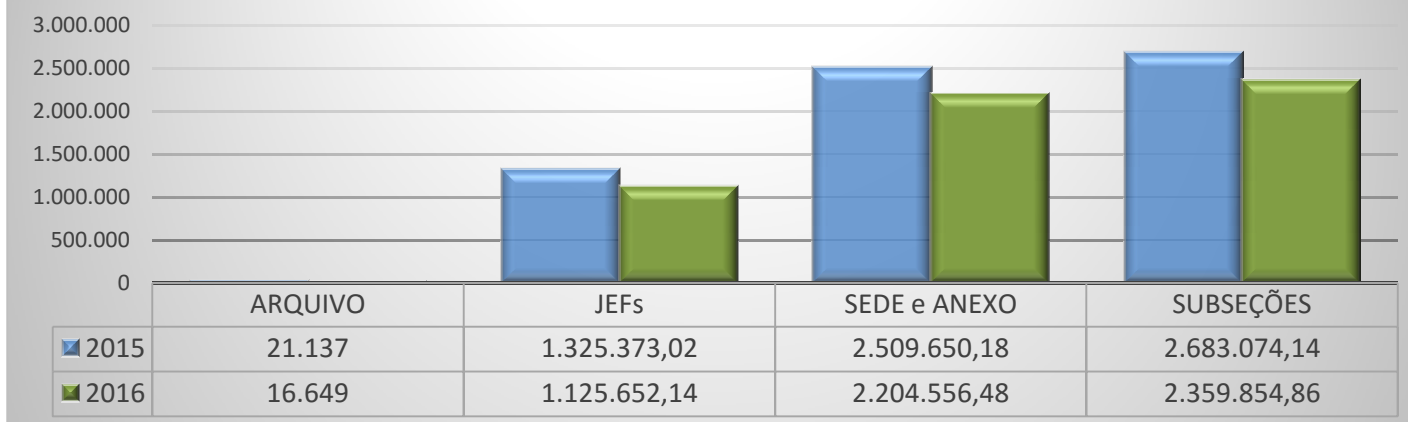
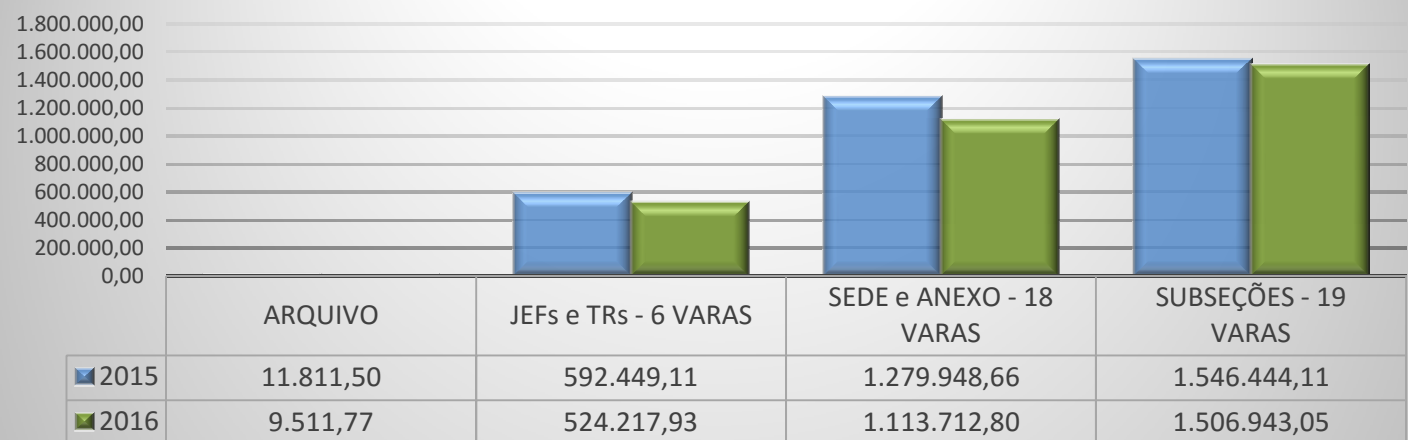


Gráfico 14 - GASTO (R\$) COM ENERGIA ELÉTRICA - SJ/BA



A Portaria DIREF 55, de 01/03/2016, que determinou medidas de contenção de despesas relativas ao horário de funcionamento dos elevadores, aparelhos de ar condicionado e iluminação das áreas comuns dos prédios sede, anexo e JEFs, contribuiu amplamente para a redução do consumo de energia elétrica. A Portaria foi editada para responder a forte restrição orçamentária no Poder Judiciário no ano de 2016.

Importante utilizar para avaliação de economia de energia o real consumo em kWh, considerando que a observação isolada do valor gasto sofre influência de vários fatores, como por exemplo, acréscimo/decrécimo em função da bandeira aplicada, se verde, vermelha ou amarela. A estrutura tarifária depende da modalidade de fornecimento de energia elétrica contratada e considera os quantitativos de consumo (kWh) e/ou demanda de potência ativa (kW). A Contribuição de Iluminação Pública – CIP também varia de município para município, sendo que a Subseção que registrou, em suas faturas de energia, o valor mais baixo para a CIP foi Teixeira de Freitas (R\$30,00) e a que apresentou o valor mais alto foi Ilhéus, com valor médio de R\$2.229,00, pois ocorreu também nesta cidade variação mensal da CIP. Registre-se que nas contas de energia das Subseções de Barreiras, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista não constaram informações de cobrança de CIP.

As Subseções Judiciárias são atendidas em diferentes tipos de tensão em função das características de cada região. As Subseções de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Campo Formoso, Eunápolis, Guanambi, Juazeiro e Teixeira de Freitas são classificadas pela ANEEL como unidades consumidoras de baixa tensão (<2,3kW –subgrupo B3) e pagam somente o consumo mensal em kWh. As demais unidades da SJ/BA estão classificadas como consumidoras de média tensão (>2,3kW – subgrupo A4) e pagam de acordo com o estipulado no contrato pelos valores de consumo em kWh e de demanda (kW) conforme opções de estrutura tarifária: convencional (para unidades consumidoras com dificuldade de programar a utilização da carga (demanda) ao longo das horas do dia), horário verde (para unidades consumidoras com possibilidade de reprogramação da utilização da carga (demanda) ao longo das horas do dia) e horário azul (para unidades consumidoras que não permitem a redução da carga).

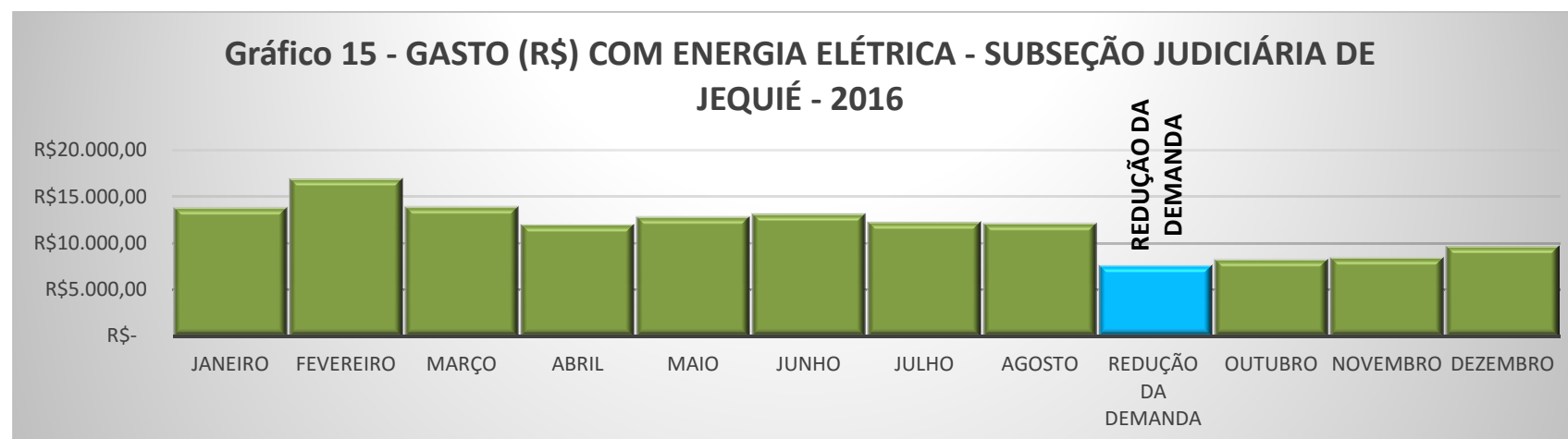
A análise do consumo de energia elétrica também não deve ser dissociada de eventuais ocorrências no período, como por exemplo, reformas, feriados prolongados ou suspensão de expediente ou situações que possam reduzir ou ampliar de forma significativa o consumo.

O prédio Sede e anexo consomem 35% do total de energia elétrica da SJ/BA, o prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais consomem 17% e as Subseções respondem por 48%. Das 15 Subseções Judiciárias apenas duas – Subseções de Itabuna e Jequié – apresentaram aumento no consumo de energia e quatro no gasto com energia – Subseções de Itabuna, Jequié, Juazeiro, Eunápolis e Teixeira de Freitas, estas três últimas com acréscimos pouco significativos, conforme pode ser observado na ilustração dos gráficos (consumo) e (gasto). Verifica-se também pela observação da tabela 7 que ocorreu redução expressiva no consumo, por exemplo, na Subseção de Paulo Afonso, de - 41,49% (135.484,00kWh), no entanto, o gasto relativo com energia elétrica em 2016 foi acrescido de 2,9% (R\$3.669,20), influenciado provavelmente pelos fatores mencionados acima.

TABELA 7 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA					
UNIDADES	ÁREA (m²)	CONSUMO (KWh)	CONSUMO RELATIVO (kWh/m²)	CONSUMO (KWh)	CONSUMO RELATIVO (kWh/m²)
		2015	2015	2016	2016
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	596	180.213	302	101.043	170
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	605,4	117.744	194	101.704	168
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	114.691	174	111.948	170
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS – VARA ÚNICA	702,54	135.515	193	128.079	182
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	106.359	140	94.504	125
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNAPOLIS – VARA ÚNICA	763,44	107.310	141	106.916	140
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOINHAS – VARA ÚNICA	862,52	86.306	100	75.991	88
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI – VARA ÚNICA	1178,25	127.972	109	118.012	100
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1579,83	328.136	208	192.652	122
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA – 1ª e 2ª VARAS	1632,13	153.881	94	182.113	112
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1756,07	106.438	61	104.103	59
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARAS	2239,31	250.530	112	222.717	99
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS – VARA ÚNICA	2821,51	328.027	116	286.152	101
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2829,03	133.382	47	183.540	65
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARAS	4475,92	406.570	91	350.380	78
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS	9.801,26	592.449,11	60	524.217,93	53
SEDE/ANEXO – 18 VARAS	28.836,73	1.279.948,66	44	1.113.712,80	39
ARQUIVO	1.435,69	11.811,50	8	9.511,77	7

A Seção de Serviços Gerais, responsável pela execução do contrato de fornecimento de energia elétrica para o prédio Sede e anexo da SJ/BA, observou dados de consumo de energia referentes ao ano de 2015 e os meses de janeiro a setembro/2016 para verificar os resultados alcançados com a adoção das medidas de contenção de despesas estabelecidas pela Portaria 55, que abarca os prédios Sede, Anexo e JEFs, e concluiu que em relação ao consumo até às 18h00 (consumo ativo fora da ponta) não houve diminuição significativa. Relatou que o desligamento dos elevadores provocou aumento da necessidade de manutenção, aumento de visitas técnicas por problemas no sistema elétrico/eletrônico e reclamações dos usuários pela redução de elevadores disponíveis. Em relação ao consumo após às 18h00 (consumo ativo na ponta) constatou-se uma economia de energia de 45,37%, média dos meses de março a setembro/2016. Comparando as leituras de energia de 2015 e 2016 verifica-se nítida queda no consumo após edição da mencionada Portaria. A média entre os meses de março a setembro de 2015 foi de 18.481,55 KWh e em 2016 ficou em 10.335,96 KWh. Desconsiderando a bandeira e a categoria de cobrança, o valor médio de economia nos meses de março a setembro ficou em R\$14.204,07, uma economia de R\$99.428,49, economia resultante do desligamento dos aparelhos de ar condicionado centrais do prédio Sede e Anexo a partir das 18h00.

O gráfico abaixo ilustra como a adequação da demanda pode proporcionar economia significativa no gasto com energia elétrica, como ocorreu na Subseção Judiciária de Jequié, mediante formalização por Termo Aditivo ao contrato original, firmado em 01/09/2016. De janeiro a agosto o gasto total na Subseção foi R\$106.532,52 o que equivale a uma média mensal de R\$13.316,56 bem maior que a média mensal dos últimos 4 meses do ano, após a redução da demanda contratada de 350Kw para 100Kw que ficou em R\$8.415,03.



Na Subseção de Vitória da Conquista houve redução do consumo de energia elétrica em 2016. As demais Subseções, onde também foram realizadas as negociações tarifárias através da redução da demanda (Irecê em outubro/2016 e Feira de Santana em novembro/2016) ainda não apresentaram resultados positivos.

A tabela abaixo e os gráficos demonstram que houve redução do gasto relativo com consumo de energia elétrica em quase todas as unidades desta Seção Judiciária, exceção à Subseção de Itabuna, Juazeiro, Paulo Afonso, Eunápolis e Jequié. (*) Excluídos do cálculo as áreas de jardins.

TABELA 8 – GASTO RELATIVO – ENERGIA ELÉTRICA			
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ÁREA (m²)	Gasto relativo com energia (R\$/m²) 2015	Gasto relativo com energia (R\$/m²) 2016
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	596,00	113,11	100,74
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	605,40	108,54	90,75
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	88,66	93,56
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS – VARA ÚNICA	702,54	100,25	96,29
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	75,88	71,90
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNAPOLIS – VARA ÚNICA	763,44	73,99	75,03
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOINHAS – VARA ÚNICA	862,52	53,01	50,26
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI – VARA ÚNICA	1.178,25	57,16	54,15
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1.579,83	79,88	82,20
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA - 1ª e 2ª VARA	1.632,13	47,69	68,27
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1.756,07	31,29	31,45
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARA	2.239,31	68,78	59,04
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS - – VARA ÚNICA	2.821,51	72,85	71,02
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2.829,03	48,08	49,56
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARA	4.475,92	67,67	61,32
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS *	9.801,26	60,45	53,48
SEDE/ANEXO *	28.836,73	44,39	38,62
ARQUIVO	1.435,69	8,23	6,62

Gráfico 16 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ENERGIA ELÉTRICA - SUBSEÇÕES COM ÁREAS < 1.000m²

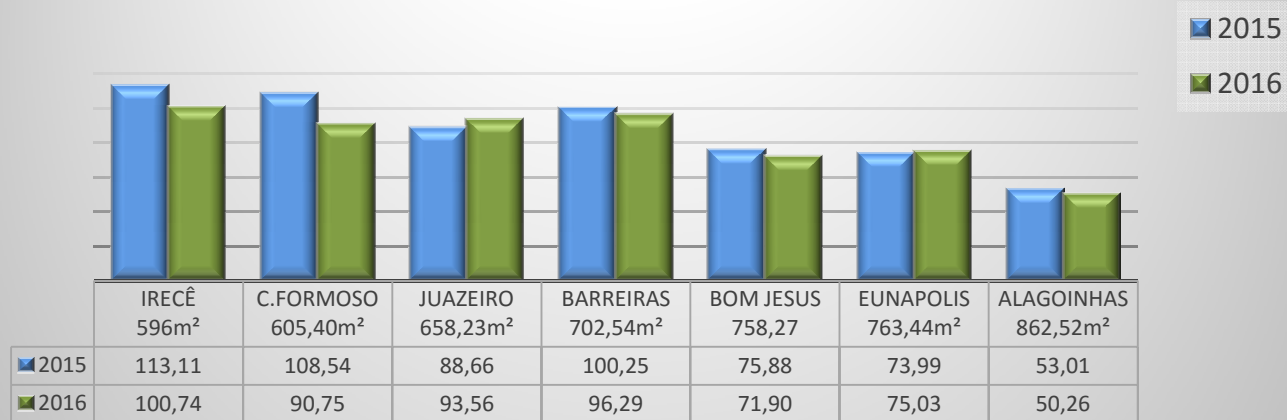
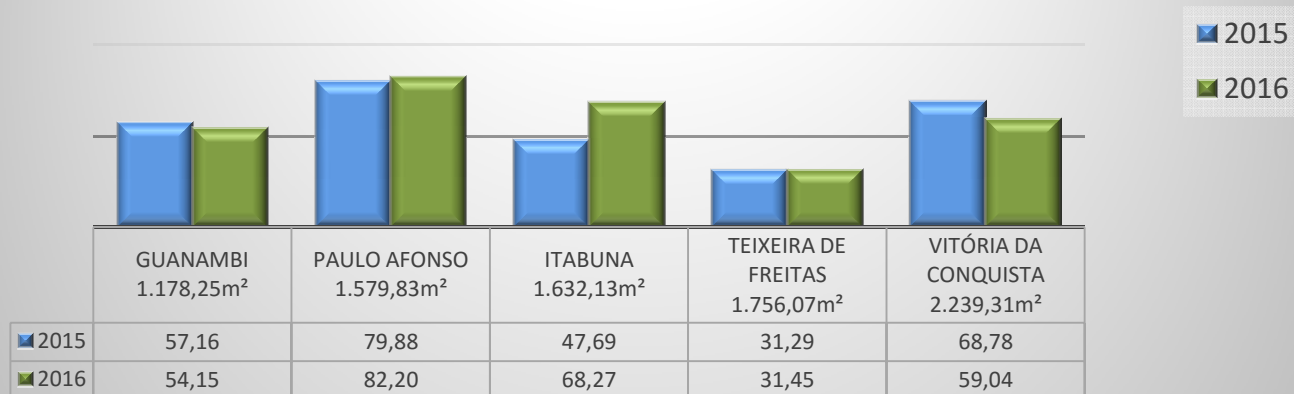
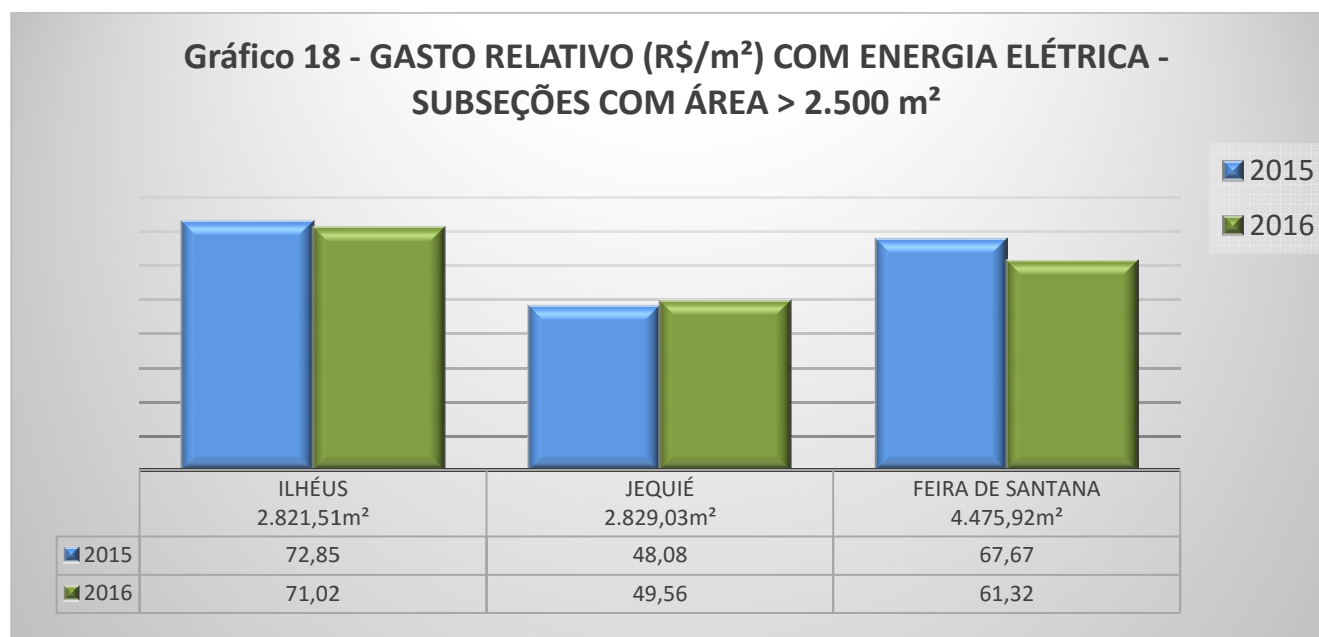


Gráfico 17 - GASTO RELATIVO (R\$/m²) COM ENERGIA ELÉTRICA - SUBSEÇÕES COM ÁREAS > 1000m² < 2.500m²





Percebe-se também que as Subseções que tiveram maior gasto relativo com energia elétrica foram as que ocupam menor área: Irecê, Barreiras, Juazeiro e Campo Formoso.

Ocorreu incremento significativo no gasto relativo da Subseção de Itabuna em relação ao ano de 2015, mas convém relatar que esta Subseção ocupa o mesmo espaço da Delegacia da Receita Federal, conforme Termo de Compromisso firmado, e a despesa é rateada com base no consumo de energia elétrica ativa registrado nos medidores internos da Subseção, da Receita Federal e da área comum, sendo o valor devido proporcional ao consumo de cada órgão, acrescido da metade do consumo registrado no medidor do Condomínio. Registre-se ainda que foram incluídas nas faturas valores referentes à cobrança de multa e juros por atraso no pagamento.

Redução de 9,38% no gasto relativo da Subseção de Feira de Santana e praticamente sem variação no gasto da SSJ de Ilhéus.

Conforme dados publicados em janeiro de 2017 na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, estatal vinculada ao Ministério das Minas e Energia, o consumo médio residencial encerrou o ano em 160kWh/mês. O que significa que a economia de 832.523,85 kWh, que a SJ/BA registrou em 2016, seria suficiente para gerar energia para 5.203 residências durante um mês.

TEMA 3 – ÁGUA E ESGOTO

Indicador 8 – Água e Esgoto

META – Reduzir o consumo de água e esgoto em 3.000 m³ até 2020 – META SUPERADA

Ações propostas:

- a) Instalação de redutores de vazão nas torneiras de uso comum. (Prazo: 2017) – Foram instalados registros de descargas de duplo acionamento nos banheiros localizados no prédio anexo a fim de reduzir o consumo de água. Realizada avaliação das válvulas do prédio Sede optou-se inicialmente em fazer a regulagem das válvulas (diminuição da vazão de água) tendo em vista a necessidade de intervenção civil. Substituição das válvulas do prédio Anexo (sem intervenção física/civil). Encontra-se em elaboração projeto básico para a aquisição/instalação das novas válvulas.
- b) Reativação do 2º poço artesiano – prédio sede. (Prazo: dezembro/2017)
- c) Monitoramento dos dados de consumo – acompanhar o consumo de água para identificar, de forma tempestiva, vazamentos nas instalações hidráulicas. (Prazo:2016) Ação contínua. A Seção de Serviços Gerais faz o acompanhamento.

As Subseções Judiciárias que não constaram no PLS/BA como responsáveis diretas por ações de sustentabilidade, em resposta ao Relatório de Auditoria 07/2016 desta seccional, informaram as práticas adotadas para a redução do consumo de água.

Alagoinhas – monitoramento de eventuais vazamentos e orientação aos prestadores de serviço de limpeza e copeiragem para evitar o desperdício de água.

Barreiras – o prédio da Subseção situa-se em rua sem asfalto o que aumenta a poeira e a limpeza, mas está ocorrendo controle do uso de mangueira.

Bom Jesus da Lapa – adoção de vasos acoplados e regulagem periódica das descargas para utilizarem menos água; diminuição do número de lavagem de sanitários que apresentam pouco uso; inspeção periódica visando detectar vazamentos; uso de torneiras de pressão.

Campo Formoso – em fase de conclusão da construção da nova sede optaram por não efetuar mudanças.

Eunápolis – nenhuma ação implementada para o uso racional de água, mas realiza verificação do sistema hidrossanitário com vistas a identificar possíveis problemas.

Feira de Santana – está em andamento providências para ligação do poço artesiano para limpeza dos jardins e demais áreas externas.

Guanambi – foram desativados banheiros em desuso e fechados seus respectivos registros para evitar vazamentos.

Ilhéus – feita a regulagem da quantidade de água das descargas; providenciada a substituição das torneiras antigas por torneiras tipo pressão.

Irecê – orientação para o uso racional de água junto à força de trabalho; verificação de existência de vazamentos.

Itabuna – realização de vistorias nas instalações hidráulicas. Nesta Subseção, que ocupa o mesmo espaço da Delegacia da Receita Federal, ocorre a repartição de despesa com consumo de água proporcional à área ocupada por cada órgão, com a área comum igualmente repartida entre as partes. Não foi possível implementar sistema individualizado de medição de consumo.

Jequié – redução da irrigação do jardim para 3 vezes por semana.

Juazeiro – está em andamento processo para aquisição de torneiras com fechamento por pressão; revisão hidráulica.

Vitória da Conquista – inspeção periódica do sistema hidráulico; uso de torneiras dos banheiros com desligamento automático.

Acompanhamento dos indicadores:**8.1 Consumo de água (m³)**

8.1 Consumo de água			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 28.467,43			
Consumo em 2016: 25.995,98			
Janeiro	2.635,20	Julho	1.889,74
Fevereiro	1.510,08	Agosto	2.162,22
Março	1.969,72	Setembro	2.326,79
Abril	2.094,31	Outubro	2.334,57
Maio	2.046,51	Novembro	2.510,51
Junho	2.139,31	Dezembro	2.377,02

8.2 Consumo relativo de água

ÁGUA	2015	2016
8.2 – consumo relativo de água	0,40	0,36

8.3 Gasto (R\$) com água

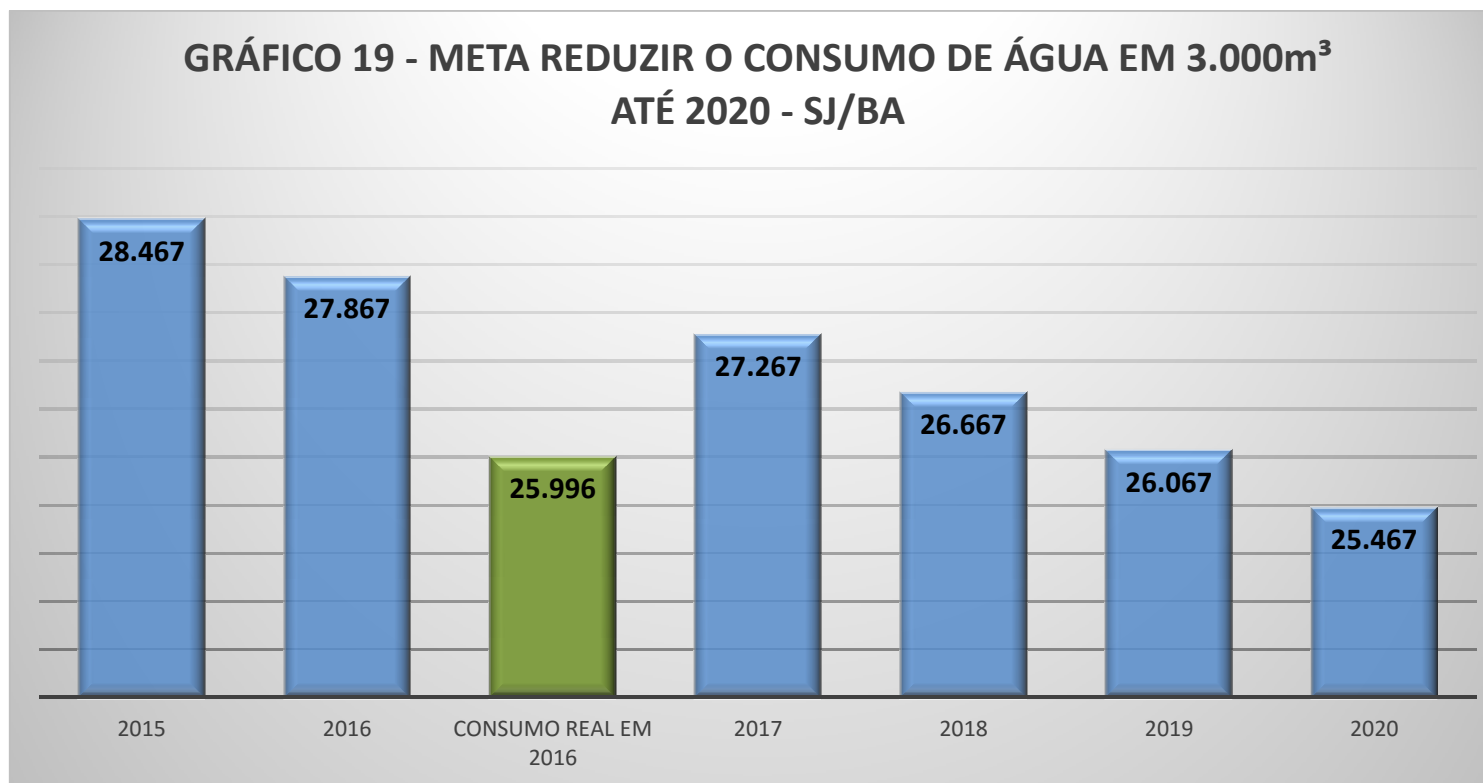
8.3 Gasto com água			
Periodicidade de apuração: mensal			
Gasto em 2015: 619.208,73			
Gasto em 2016: 621.970,88			
Janeiro	62.740,51	Julho	43.083,51
Fevereiro	33.418,21	Agosto	54.248,94
Março	45.713,78	Setembro	58.209,84
Abril	47.949,38	Outubro	59.332,47
Maio	45.892,55	Novembro	62.954,27
Junho	47.176,15	Dezembro	61.251,27

8.4 Gasto relativo com água

ÁGUA	2015	2016
8.4 – gasto relativo com água	R\$8,62	R\$8,66

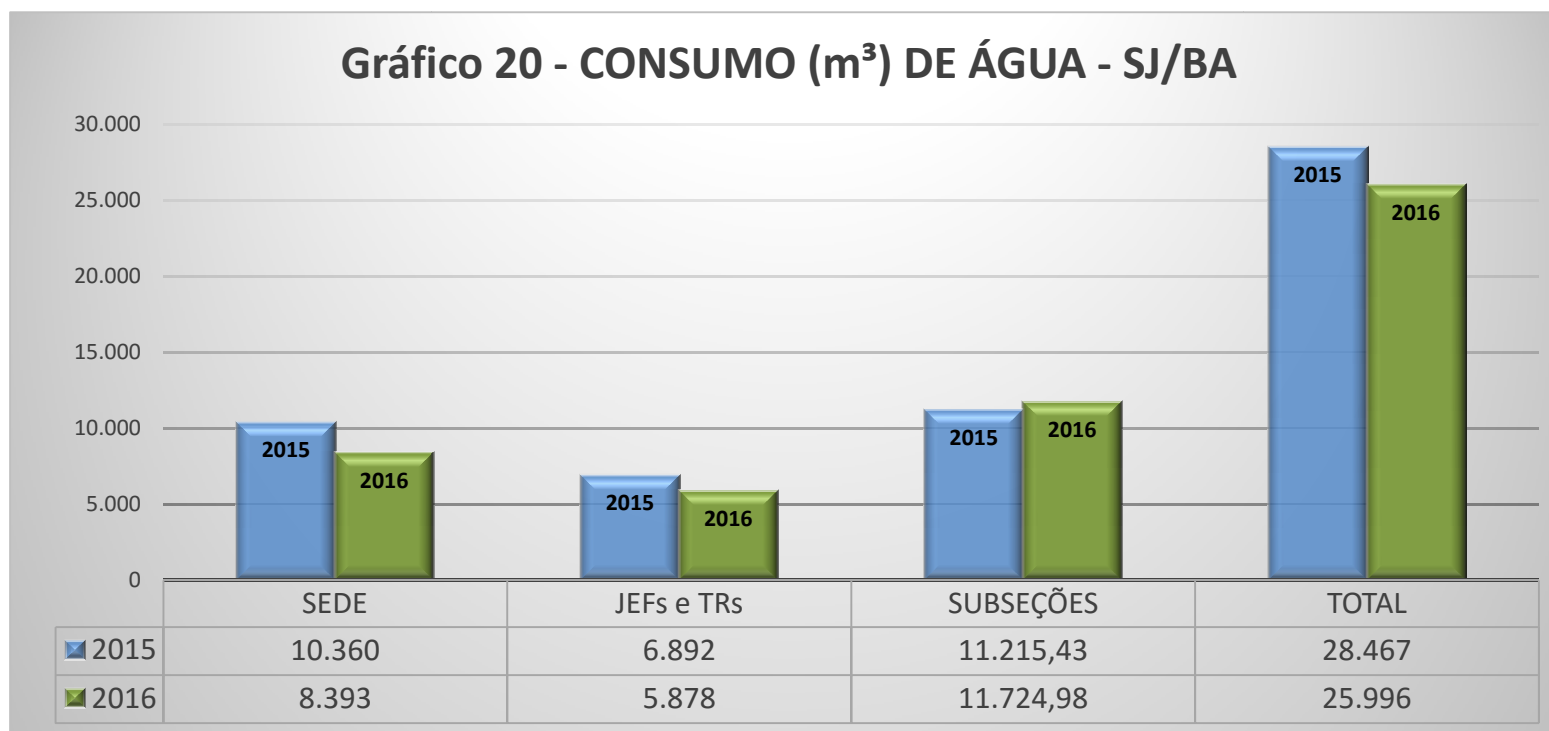
Análise dos resultados:

A meta foi atingida. E embora tenha ocorrido redução de 8,68% (2.471,45 m³) do consumo de água, houve acréscimo no gasto de 0,44% (R\$2.762,15). Os valores das tarifas mensais para serviços de água e esgoto prestado pela Embasa foi reajustado em 9,95%, a partir de 06/06/2016.

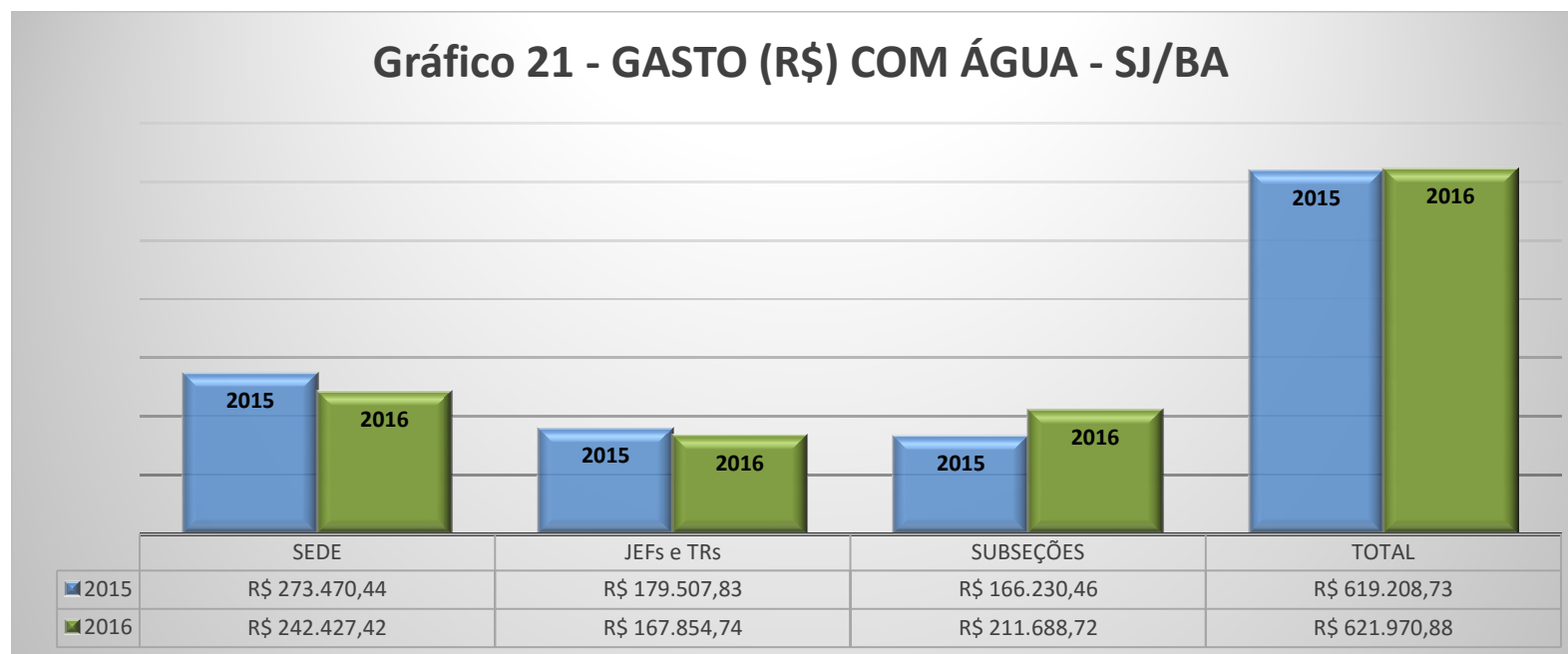


A EMBASA – Empresa Baiana de Águas e SANEAMENTO S.A. é a concessionária responsável pelo abastecimento de água e esgoto nos prédios da Sede/Anexo e Juizados Especiais Federais - JEFs da SJ/BA e de 11 Subseções (Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Irecê, Ilhéus, Jequié, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista); nos municípios de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa e Juazeiro o abastecimento é feito pela SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto e na Subseção de Itabuna, pela EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento S.A. Observa-se nas faturas variação nas tarifas de água e esgotos destas 3 prestadoras de serviço.

Não foi feito o monitoramento do consumo de água do prédio do Arquivo Judicial.



No prédio Sede houve redução de 1.967m³ no consumo e redução no gasto de R\$31.043,02; no prédio dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, ambos localizados em Salvador, houve redução no consumo de 1.014 m³, e economia de R\$11.653,09.



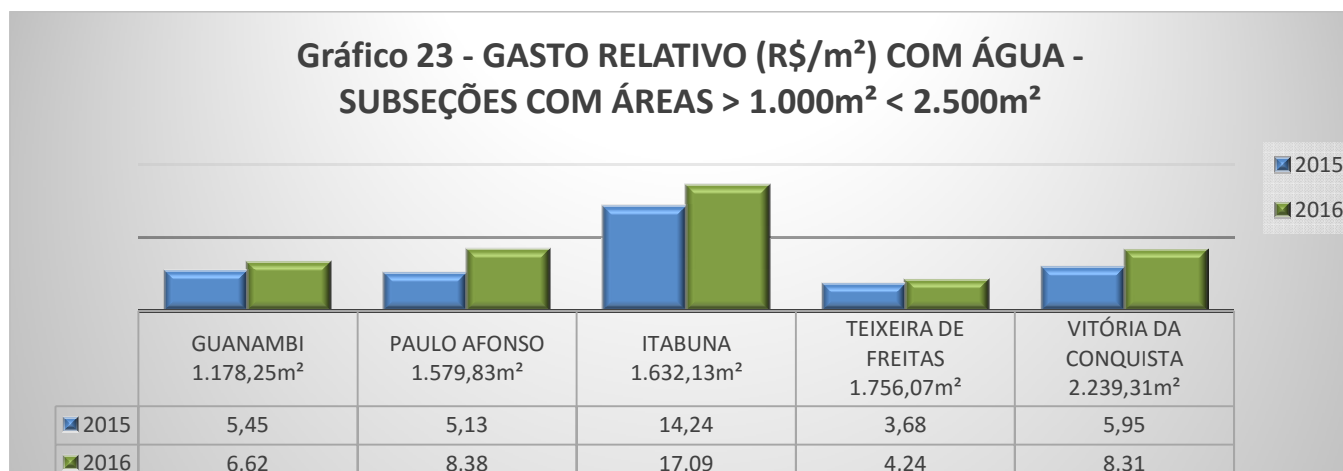
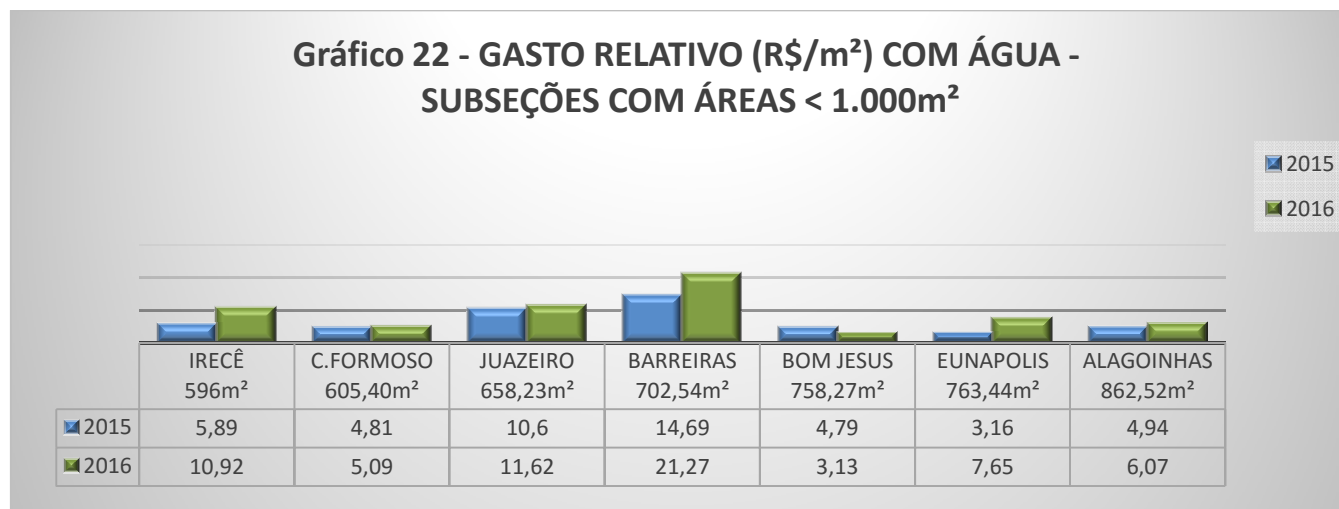
Houve redução no consumo de água em apenas 3 Subseções: Bom Jesus da Lapa (37,58%), Feira de Santana (28,61%) e Juazeiro (4,22%). Quanto ao gasto, redução de 34,71% na Subseção de Bom Jesus da Lapa, o equivalente a uma economia de R\$1.260,00. Embora tenha ocorrido redução do consumo em m³, em Feira de Santana registrou-se aumento de R\$3.757,80, e em Juazeiro, aumento de R\$669,17.

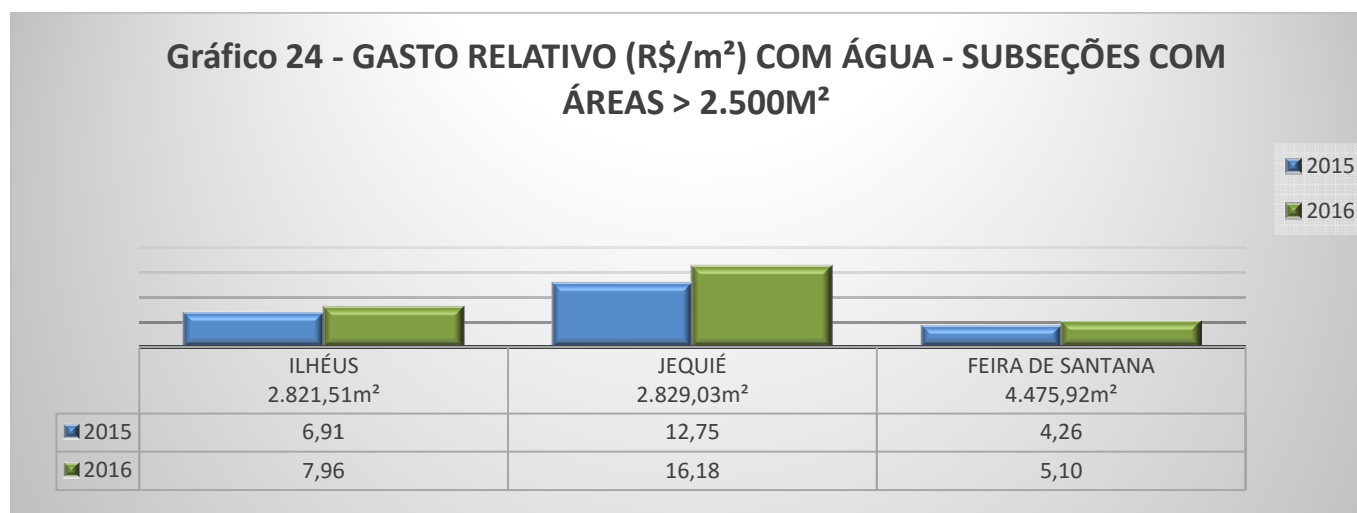
As tabelas 9 e 10 registram os dados de consumo de água e gasto relativo por unidade administrativa:

TABELA 9 – CONSUMO DE ÁGUA			
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ÁREA (m²)	CONSUMO DE	CONSUMO DE
		ÁGUA (m³)	ÁGUA (m³)
		2015	2016
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	596,00	878	916
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	605,40	294	290
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	544	521
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS – VARA ÚNICA	702,54	831	916
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	479	299
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNAPOLIS – VARA ÚNICA	763,44	256	476
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOINHAS – VARA ÚNICA	862,52	362	408
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI – VARA ÚNICA	1.178,25	575	616
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1.579,83	509	638
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA – 1ª e 2ª VARAS	1.632,13	1.005	1.114
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1.756,07	446	460
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARAS	2.239,31	1.024	1.277
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS - – VARA ÚNICA	2.821,51	340	531
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2.829,03	1.505	1.716
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARAS	4.475,92	2.167	1.547
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS	9.801,26	6.892	5.878
SEDE/ANEXO – 18 VARAS	28.836,73	10.360	8.393

TABELA 10 – GASTO RELATIVO - ÁGUA			
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ÁREA (m²)	GASTO RELATIVO COM ÁGUA (R\$/m²)	GASTO RELATIVO COM ÁGUA (R\$/m²)
		2015	2016
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ – VARA ÚNICA	596,00	5,89	10,92
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO – VARA ÚNICA	605,40	4,81	5,09
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO – VARA ÚNICA	658,23	10,60	11,62
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS - VARA ÚNICA	702,54	14,69	21,27
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA – VARA ÚNICA	758,27	4,79	3,13
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNÁPOLIS - VARA ÚNICA	763,44	3,16	7,65
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIAVARA ÚNICA DE ALAGOINHAS	862,52	4,94	6,07
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI - VARA ÚNICA	1.178,25	5,45	6,62
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO – VARA ÚNICA	1.579,83	5,13	8,38
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA – 1ª e 2ª VARAS	1.632,13	14,24	17,09
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS – VARA ÚNICA	1.756,07	3,68	4,24
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA – 1ª e 2ª VARAS	2.239,31	5,95	8,31
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHÉUS – VARA ÚNICA	2.821,51	6,91	7,96
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÉ – VARA ÚNICA	2.829,03	12,75	16,18
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA – 1ª, 2ª e 3ª VARAS	4.475,92	4,26	5,10
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – 6 VARAS	9.801,26	18,31	17,13
SEDE/ANEXO – 18 VARAS	28.836,73	9,48	8,41

A redução de 2.471,45 m³ no consumo de água representa um valor suficiente para suprir as necessidades básicas diárias de 5.616 famílias de quatro pessoas, de acordo com cálculo da ONU (Organização das Nações Unidas) que aponta 110 litros por pessoa como a quantidade recomendada.





TEMA 4 – GESTÃO DE RESÍDUOS

Indicador 9 – Gestão de resíduos

META – Manter descarte ecologicamente correto – META ALCANÇADA

Ações propostas:

- a) Descarte de lâmpadas usadas - manutenção da atual parceria com a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Prazo: ação contínua) – foram encaminhadas 458 lâmpadas para descarte em 2016.
- b) Coleta e descarte de papel – manutenção da atual parceria com a SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Prazo: ação contínua) A Seção de Serviços Gerais informa a impossibilidade de contabilizar a quantidade de papel descartado.

c) Coleta de eletroeletrônicos – parceria com a SAEB - Secretaria de Administração do Estado da Bahia, Programa Recycle Já Bahia com a Campanha CAB + VERDE, com a recepção dos equipamentos eletrônicos quebrados ou obsoletos trazidos de casa pelos servidores e cidadãos de Salvador (Prazo: dezembro/2016) – A Seção de Serviços Gerais informa a impossibilidade de contabilizar a quantidade de papel descartado.

Acompanhamento dos indicadores:

GESTÃO DE RESÍDUOS	2015	2016
9.1 destinação de papel	1.230kg	4.200kg
9.8 - destinação de suprimentos de impressão	443	440
9.10 - destinação de lâmpadas	802	458

Análise dos resultados:

A coleta seletiva ainda não foi implementada nesta seccional. Não ocorre nesta SJ/BA descarte de plásticos (item 9.2), metais (item 9.3), vidros (item 9.4), resíduos de informática (item 9.7), pilhas e baterias (item 9.9), resíduos de saúde (item 9.11) e resíduos de obras e reformas (item 9.12). Apenas são descartados lâmpadas, papel, eletroeletrônicos e cartuchos e toners de impressoras. Estes últimos doados para as Voluntárias Sociais da Bahia, conforme autorizado em processo administrativo. O quantitativo de papel informado no item 9.1 refere-se ao descarte de processos judiciais baixados e encaminhados para descarte para a Cooperativa de Catadores de Papel COOPERBRAVA. O estudo para implantação da coleta seletiva na SJ/BA fará parte da do PLS/BA que será revisado para o ano de 2017.

Indicador 10 – Reformas

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador. Os gastos (item 10.1) são referentes às reformas do complexo de imóveis e do datacenter.

Acompanhamento dos indicadores:

REFORMAS	2015	2016
10.1 - gasto com reformas no período-base	R\$ 1.380.796,73	R\$246.935,40
10.2 - gasto com reformas no período de referência		R\$1.380.796,73
10.3 – variação dos gastos com reformas		-0,82%

Indicador 11 – Limpeza

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador. As despesas com material de limpeza (item 11.6) são computadas no preço do contrato de prestação de serviços de limpeza.

Acompanhamento dos indicadores

LIMPEZA	2015	2016
11.1 - gastos com contratos de limpeza no período-base	R\$ 3.889.942,09	R\$4.726.979,06
11.2 - área contratada em m ²	71.841,17	71.841,17
11.3 - gasto relativo com contratos de limpeza (R\$/m ²)	54,15	65,80
11.4 - gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$ 2.992.716,27	R\$ 3.889.942,09
11.5 - variação dos gastos com contratos de limpeza	29,98%	21,52%
11.6 – gasto com material de limpeza	0,00	0,00

Indicador 12 – Vigilância

Nenhuma ação ou meta prevista para este indicador.

Acompanhamento dos indicadores

VIGILÂNCIA	2015	2016
12.1 - gastos contratos vigilância armada no período-base (ano do questionário)	R\$ 6.121.084,34	R\$7.575.374,51
12.2 - quantidade de postos de vigilância armada	89	89
12.3 - gasto relativo com vigilância	R\$ 68.776,23	R\$85.116,57
12.7 - gasto total contratos vigilância no período de referência (ano anterior ao questionário)	R\$ 5.494.770,24	R\$6.121.084,34
12.8 - variação dos gastos com contratos de vigilância	11,40 %	23,76 %

Os itens 12.4, 12.5, 12.6 referem-se a gasto e quantidade de postos de vigilância desarmada. Não se aplicam a esta Seção Judiciária.

Indicador 13 – Veículos

Nenhuma meta prevista para este indicador.

Acompanhamento dos indicadores:

VEÍCULOS	2015	2016
13.1 - Quilometragem	207.377	205.693
13.2 - quantidade de veículos a gasolina	21	21
13.4 - quantidade de veículos flex	40	40
13.5 - quantidade de veículos a diesel	17	17
13.9 – quantidade de veículos	78	78
13.10 - quantidade de veículos de serviço	27	27
13.11 - usuários por veículo de serviço	72,33	72,59
13.12 - quantidade de veículos para transporte de magistrados	35	35
13.13 - usuários por veículo de magistrado	1,86	1,86
13.14 - gasto com manutenção de veículos	R\$ 176.857,00	R\$ 381.167,30
13.15 - gasto relativo com manutenção dos veículos	R\$2.267,40	R\$4.886,76

Os itens 13.3 (quantidade de veículo a etanol), 13.6 (quantidade de veículos a gás natural), 13.7 (quantidade de veículos híbridos), 13.8 (quantidade de veículos elétricos), 13.16 (gastos com contratos de motoristas) e 13.17 (gasto relativo com contrato de motoristas) não se aplicam a esta seccional.

Análise dos resultados:

Foi adquirido um veículo furgão em 2016 para substituir o veículo sinistrado. Dos 78 veículos informados em 2015, 16 estavam em processo de desfazimento, conforme PA SEI 0000174-63.2015.4.01.8004. Foi autorizada pela Direção do Foro a doação de 13 veículos e o processo está em tramitação.

O gasto com manutenção de veículos foi mais que o dobro em relação ao ano de 2015, incremento de 115,52%. Dados justificados possivelmente pela situação da frota, conforme Relatório de Atividades/2016, onde 19 veículos foram classificados em estado de conservação excelente, 25 ótimo, 10 bom e 9 ruim. A idade média da frota de veículos desta seccional é de 7 (sete) anos.

A Seção de Vigilância e Transporte passou a utilizar programa para gerenciamento de administração de frota – SISTRA – Sistema Informatizado de Solicitação de Transporte (sistema utilizado pelo Tribunal e algumas Seccionais). O SISTRA permite o controle das requisições, o registro dos quilômetros rodados, o custo do combustível e a manutenção dos veículos individualmente. O sistema que também contribui para a economia de papel, tendo em vista que substitui o formulário de requisição de viatura, está sendo utilizado na capital e encontra-se em fase de implementação nas Subseções. A manutenção dos veículos é realizada mediante contratação de empresa que presta serviços de implantação e operação de um sistema informatizado de administração e gerenciamento de despesas de manutenção automotiva preventiva e corretiva com fornecimento de peças e que atende aos veículos oficiais da Sede e das Subseções Judiciárias.

TEMA 5 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Indicador 15 – Qualidade de Vida

METAS:

Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho em 0,5% ao ano até 2020 - META NÃO ALCANÇADA

Manter em todos os anos o absenteísmo abaixo ou igual a 3% - META ALCANÇADA

Ações propostas:

a) Campanhas de Promoção de Saúde

- campanhas de vacinação de magistrados, servidores e terceirizados – (Prazo: condicionado à disponibilização de vacinas pelo Ministério da Saúde) – Foram vacinados 188 servidores e 6 magistrados em 2016.
- Palestras de promoção da saúde bucal ministradas pelas peritas odontológicas ou profissionais das redes credenciadas ao Pro-Social (Prazo: 1º e 2º semestre de 2016). – Nenhuma palestra realizada neste ano.
- Palestras para redução de tabagismo, diabetes, pressão arterial ministradas pela médica do trabalho e pela enfermeira do trabalho (Prazo: 1º e 2º semestre de 2016). Nenhuma palestra realizada neste ano.
- Ações com foco na promoção da saúde, com a, medição de pressão arterial dos magistrados e servidores, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal) (Prazo: 1º semestre 2016) – Estas ações fazem parte do EPS.

b) Atendimento de saúde continuado a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, direcionado à saúde e bem-estar do usuário. A tabela abaixo discrimina os atendimentos feitos em 2016:

ATENDIMENTOS	TOTAL
Consulta	764
Homologação de Atestado	1.385
Perícia Inicial	378
Perícia Final	264
ATENDIMENTOS	TOTAL
Urgência	198
Prevenção	2.261
Radiologia	96
Exames Periódicos	173
Total	5.519

- c) Estímulo à realização dos exames periódicos – acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. (Prazo: 1º semestre 2016) - Os exames periódicos foram realizados com servidores da sede (Salvador), os servidores das Subseções não participaram devido à restrição orçamentária do exercício, conforme tabela abaixo:

PARTICIPAÇÃO EXAMES PERIÓDICOS DE SAÚDE – 2016 – SJ/BA						
TOTAL DE SERVIDORES	SERVIDORES CONVOCADOS	SERVIDORES CONCLUÍDOS	% PARTICIPAÇÃO	MAGISTRADOS CONVOCADOS	MAGISTRADOS CONCLUÍDOS	% PARTICIPAÇÃO
1.009	655	170	26%	43	3	7%

- d) Programa Saúde Bucal em Foco/EPS – acompanhar o estado de saúde dos servidores, magistrados e seus dependentes e detectar precocemente o surgimento de doenças. (Prazo:2016) – informou o Setor de Odontologia que houve aumento considerável na realização de procedimentos de prevenção odontológica na modalidade assistência direta em 2016, mas não foi estabelecida relação entre os atendimentos em odontologia e o EPS. Foram realizados 5.016 atendimentos odontológicos, incluindo consultas, perícias, prevenção e radiologia.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO 2016													
ATENDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
MAGISTRADO	10	15	8	6	4	5	4	6	2	3	1	3	67
SERVIDOR	300	201	352	409	461	443	308	230	127	131	95	77	3134
PENSIONISTA	104	90	60	76	50	65	57	43	0	6	3	0	554
DEPENDENTE	60	56	50	85	110	84	100	122	34	28	57	50	836
TOTAL	474	362	470	576	625	597	469	401	163	168	156	130	4.591

Acompanhamento dos indicadores:

QUALIDADE DE VIDA	2015	2016
15.1 – participação em ações de qualidade de vida	40	75
15.2 – quantidade de ações de qualidade de vida	1	2
15.3 – participação relativa em ações de qualidade de vida	1,98	1,85
15.4 – participações em ações solidárias	228	351
15.5 – quantidade de ações solidárias	2	2
15.6 – participação relativa em ações solidárias	5,65	8,65

Nenhuma ação de inclusão voltada para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (item 15.7).

Análise dos resultados:

Em 30/09/2010 foi instituído no âmbito desta Seção Judiciária o Comitê do Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar dos magistrados e servidores – PRO-BEM. No ano de 2015, em função do reduzido orçamento, o Comitê realizou o projeto de oficinas com os magistrados –

Aprimorando a Liderança e Gestão de Pessoas – que consistiu em três oficinas com psicóloga especializada, destinadas à sensibilização de magistrados para a humanização das relações no ambiente de trabalho e a consequente redução dos índices de risco de adoecimento.

Em continuidade às ações do **Programa de Desenvolvimento de Competências e Modernização em Gestão de Pessoas, com base nas necessidades apontadas** nos resultados da Pesquisa Diagnóstica realizada em 2012, foram realizados, no ano de 2016, dois cursos voltados para sensibilização de públicos alvos específicos, conforme abaixo:

- Oficinas de Sensibilização dos Magistrados - Aprimorando a Liderança e Gestão de Pessoas – Projeto iniciado em 2015, destinado à sensibilização de magistrados para a humanização das relações no ambiente de trabalho com o objetivo de melhoria nas relações interpessoais e percepção de satisfação no trabalho e a consequente redução dos índices de risco de adoecimento. Participação de 25 magistrados.

- I Encontro de Oficiais de Justiça - Projeto destinado à sensibilização dos Oficiais de Justiça para resolução de conflitos nas relações interpessoais no ambiente de trabalho, de forma a alcançar maior satisfação e a consequente redução dos índices de risco de adoecimento. Participação de 50 oficiais de justiça.

Conforme relatório “Planejamento estratégico”, extraído do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH, a quantidade de dias relacionada com absenteísmo reduziu de 13.469 dias em 2015 para 11.259 dias em 2016. As metas 12 e 13 do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, aprovadas para o período 2015-20120, conforme Glossário de Metas 2016 do Conselho da Justiça Federal – CJF, referem-se à manutenção do índice de absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%. No presente relatório foi somente avaliado os dados dos servidores.

A periodicidade estabelecida pelo CJF é trimestral, mas os relatórios do Sistema de Recursos Humanos – SARH apontam resultados anuais:

Afastamentos dos servidores em dias	2015	2016
Licença para tratamento de saúde	10.513	8.663
Licença por motivo de doença em pessoa da família	524	815
Licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional	114	542
TOTAL	11.151	10.020

Verifica-se incongruência entre os relatórios extraídos do mesmo sistema informatizado SARH. O cálculo da taxa de absenteísmo: N° de dias de afastamento / (total de dias trabalhados x total de servidores) x 100, levando-se em consideração os dados constantes do relatório “Planejamento estratégico” foi:

Em 2015: $(13.469 / (365 \times 1097)) = \underline{3,36\%}$ e em 2016: $(11.259 / (365 \times 1074)) = \underline{2,87\%}$

O cálculo da taxa com base nos relatórios das licenças – tabela foi:

Em 2015: $(11.151 / (365 \times 1097)) \times 100 = \underline{2,78\%}$ e em 2016: $(10.020 / (365 \times 1074)) \times 100 = \underline{2,56\%}$

Qualquer que seja o relatório utilizado para o cálculo denota-se que houve redução no percentual de absenteísmo e que a meta foi atingida, ficando abaixo dos 3% estipulado pelo CJF. A análise isolada dos dados coletados pode não corresponder à realidade. Deve-se considerar, por exemplo, que a simples aposentadoria de um servidor por invalidez, e que registrava afastamentos recorrentes por motivo de saúde durante o ano, pode alterar o índice de absenteísmo.

TEMA 6 – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O tema 6 do PLS/BA incluiu ações relativas aos indicadores “Telefonia” – cujas ações e resultados foram discriminadas anteriormente e “Combustível” tratadas no Tema 7.

Acções propostas:

- a) Otimizar lavagem de veículos – adotar a lavagem ecológica (lavagem a seco) dos veículos com ampliação dos intervalos entre as lavagens (Prazo:2016) – Não foi implementada devido à restrição orçamentária neste exercício. Prazo foi prorrogado.
- b) Utilização de software da empresa contratada para fornecimento de combustíveis de forma priorizar a utilização de biocombustíveis: Etanol e Biodiesel, na medida em que seja economicamente viável. (Prazo: 2016) – Não foi consumido etanol/biodiesel no ano de 2016.

TEMA 7 – DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS

Indicador 14 – Combustível

Nenhuma meta prevista para este indicador.

Ação proposta:

- a) Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos com combustível. Attingir maior eficiência no planejamento de rotas dos veículos da SJBA e dos oficiais de justiça das Subseções, de forma a reduzir custos com combustíveis e o desgaste dos veículos. (Prazo: 2016) – A Seção de Vigilância e transporte informa efetuar a programação de todas as solicitações de transporte de Juízes, servidores e materiais diversos, planejando os horários e percursos que efetivamente proporcionem economia de tempo e recursos. Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

14.1 Consumo de gasolina

14.1 Consumo de gasolina			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 20.955,47			
Consumo em 2016: 21.255,07			
Janeiro	1.594,83	Julho	1.591,00
Fevereiro	1.632,57	Agosto	2.120,51
Março	1.146,03	Setembro	2.031,48
Abril	2.566,34	Outubro	1.776,80
Maio	1.629,53	Novembro	1.675,03
Junho	1.850,66	Dezembro	1.640,29

14.3 Consumo de diesel

14.3 Consumo de diesel			
Periodicidade de apuração: mensal			
Consumo em 2015: 7.383,15			
Consumo em 2016: 5.013,06			
Janeiro	611,26	Julho	100,56
Fevereiro	738,15	Agosto	436,35
Março	494,52	Setembro	269,23
Abril	602,66	Outubro	450,97
Maio	126,46	Novembro	281,52
Junho	226,81	Dezembro	674,57

Não foi consumido etanol (item 14.2) durante o ano de 2016 por esta seccional. A SJ/BA não possui veículo movido a gás natural (item 14.4).

COMBUSTÍVEL	2015	2016
14.1 - consumo de gasolina	20.955,47	21.255,07
14.3 - consumo de diesel	7.383,15	5.013,06
14.5 - consumo relativo de (álcool) e gasolina (litro/veículo)	343,53	348,43
14.6 - consumo relativo de diesel (litro/veículo)	434,30	294,90

Análise dos resultados:

Houve aumento inexpressivo no consumo de gasolina em 1,43% e redução do consumo de diesel em 32,10%. A redução do consumo diesel é satisfatória, tendo em vista que o diesel é o mais poluente dos combustíveis, gera carbono negro nocivo à saúde e agrava o efeito estufa. O glossário da Resolução CNJ 201/2015 não incluiu “gastos com combustíveis” como fator para monitoramento pelo preenchimento do

Questionário CNJ. O fornecimento de combustível é efetivado na SJ/BA mediante contratação de empresa com sistema informatizado para gerenciamento do abastecimento. O gasto total, apurado conforme notas fiscais inseridas nos respectivos processos eletrônicos, referentes aos contratos n° 100/2014, 97/2015 e 12/2016 foi:

COMBUSTÍVEL	2015	2016
Gasto total com combustível (gasolina e diesel)	R\$96.726,46	R\$96.686,77
Quantidade de veículos	62*	62*
Gasto relativo com combustível (gasolina e diesel)	R\$1.560,10	R\$1.559,46
Quantidade de KM rodados/quantidade total de combustível	7,32km/litro	7,83km/litro
Quantidade de KM rodados/quantidade de veículos	3.344,79km/veículo	3.317,63km/veículo

*Do total de veículos existentes nesta Seção Judiciária, 16 (dezesseis) estão em fase de desfazimento desde 2015, portanto, para os cálculos considerou-se a quantidade de 62 veículos.

O gasto com combustível manteve-se no mesmo patamar de 2015. Registrou-se um aumento de 6,97% na relação quilometragem e quantidade de combustível.

TEMA 8 – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Indicador 16 – Capacitação Socioambiental

META – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Res.Presi 4/16 até 2020 – META ALCANÇADA

Ações propostas

a) Campanha de sensibilização da força de trabalho nas questões relacionadas à gestão socioambiental. (Prazo: junho/2016) – foram publicadas durante o ano de 2016 diversas matérias sobre conscientização ecológica no jornal diário de circulação interna – Justiça Federal Hoje - JFH. Foram abordados assuntos como: utilização de whatsapp pelos Juizados Especiais Federais e conseqüente redução de gasto com impressão; descarte de lâmpadas usadas; relação entre processo eletrônico e economia de materiais, dados de consumo de papel, copos e energia elétrica; divulgação da campanha “Adote copos do projeto Abraço à Microcefalia”; orientações sobre o uso correto de cestos do Recicle Já – parceria com a SAEB para reciclagem de papel. Na coluna “Área Verde” – orientações para reutilização de pastas de processos físicos; informação sobre como a produção de copos plásticos consome mais água que lavar copos retornáveis, orientações sobre descarte de lixo eletrônico; sobre cápsulas de café não recicláveis; cafeteira sustentável. Divulgação das campanhas “Outubro Rosa” – contra o câncer de mama e “Novembro Azul” – contra o câncer de próstata. Foi disponibilizado o curso virtual Introdução à Gestão Socioambiental, elaborado pelo STJ, com o título “Introdução à Gestão Socioambiental” e carga horária de 15 horas.

b) Divulgação constante dos resultados dos indicadores e das metas do PLS-TRF1. (Prazo: junho/2016) – publicação no portal do TRF1 de gráficos dos indicadores de consumo: papel, copo, água e energia elétrica. Ação contínua.

Acompanhamento dos indicadores:

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	2015	2016
16.1 Ações de capacitação e sensibilização	1	1
16.2 - participação em ações de sensibilização e capacitação	43	8
16.3 - participação relativa em capacitação e sensibilização	2,13	0,40

CONCLUSÃO

Os resultados apurados apontam que dos 15 (quinze) indicadores avaliados, 7 (sete) cumpriram a meta estipulada no PLS/BA: redução do consumo de copos descartáveis em 3% ao ano (13,29%); redução do gasto com telefonia fixa (5,33%) e móvel (27,6%); redução do consumo de energia elétrica (12,73%); redução do consumo de água e esgoto em 3.000m³ até 2020 (redução de 2.471,45m³); manutenção do descarte ecologicamente correto (gestão de resíduos); manutenção do índice de absenteísmo abaixo de 3% e implantação de pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 (qualidade de vida).

Duas metas não foram alcançadas: redução do consumo de papel em 3% ao ano (aumento de 17,86%) e a ampliação da participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho em 0,5% ao ano (nenhuma ação de qualidade de vida foi desenvolvida no ano de 2016).

A meta pretendida para o indicador “Impressão” abrangeu redução de consumo de papel, cartuchos/tonners e energia elétrica deverá ser ajustada pela inexistência de sistema para gerenciamento de impressões.

Não foram estabelecidas ações e/ou metas para 5 (cinco) indicadores: água mineral, cujo consumo de garrações de 20 litros aumentou em 1,45% e o de garrafas de 500ml em 62,5%; reformas, que registrou uma variação dos gastos de -0,82%; limpeza, variação dos gastos com contratos de 21,52%; vigilância, variação dos gastos de 23,76%; veículos, aumento de 115,52% com gastos de manutenção e combustível, que apresentou uma redução de 0,04% no gasto total.

Os fatores determinantes para os resultados apurados foram principalmente a falta de conscientização ecológica do corpo funcional e o contingenciamento orçamentário a que foi submetida a Seção Judiciária da Bahia.

A restrição orçamentária contribuiu positivamente e negativamente para o desempenho do Plano de Logística Sustentável. Foi crucial, por exemplo, na redução do consumo de energia elétrica na sede desta seccional a edição da Portaria DIREF 55, instituída com o objetivo de regulamentar o horário de funcionamento de equipamentos elétricos para propiciar redução de gastos. Mas, inviabilizou a implementação de várias ações propostas.

A revisão do PLS/BA deverá abordar prioritariamente os seguintes aspectos:

I - Criação 4 de grupos executivos, diante da complexidade dos vários temas tratados e da importância de ampliar a participação dos servidores na gestão sustentável:

- a) Compras e contratações sustentáveis (limpeza, vigilância, telefonia),
- b) Consumo de materiais (papel, copos, água mineral, tonners/cartuchos, impressões),
- c) Consumo de recursos naturais (energia elétrica, água, combustível, veículos, reformas),
- d) Qualidade de vida, comunicação e capacitação socioambiental;

II – Proposição de ações e/ou estabelecimento de metas para os indicadores que não fizeram parte do PLS de 2016, quais sejam, água envasada em embalagem plástica, reformas, limpeza, vigilância, veículos e combustível;

III – Elaboração do Inventário de Bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;

IV – Estimular a capacitação socioambiental dos servidores;

V – Promoção de estudos técnicos para viabilizar a coleta seletiva;

VI – Inclusão das Subseções Judiciárias no PLS como unidades responsáveis por implementação e monitoramento de ações sustentáveis;

VII – Adesão à A3P do Ministério do Meio Ambiente com o intuito de utilizar o material de divulgação cedido gratuitamente pelo Ministério.